

OBJETIVOS DE
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



Políticas públicas alimentares:

PERCEPÇÕES DA SOCIEDADE
E PERSPECTIVAS



Embrapa



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Alimentos e Territórios
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Políticas públicas alimentares:

PERCEPÇÕES DA SOCIEDADE
E PERSPECTIVAS

Embrapa
Brasília, DF
2022

Embrapa Alimentos e Territórios
Rua Cincinato Pinto, nº 348, Centro,
CEP 57.020-050, Maceió-AL
Fone: +55 (82) 3512-3400
www.embrapa.br
www.embrapa.br/fale-conosco/sac

Comitê Local de Publicações
da Embrapa Alimentos e Territórios

Presidente
Ricardo Elesbão Alves

Editor-Executivo
Gustavo Porpino

Membros
*Fernando Fleury Curado, João Roberto Correia,
Moacir Haverroth e Nadir Rodrigues Pereira*

Supervisora editorial e Guardiã da Marca
Luciana Pereira dos Santos Fernandes

Revisão técnica
*Moacir Haverroth, Nadir Rodrigues Pereira e
Priscila Zaczuk Bassinello*

Normalização bibliográfica
Márcia Maria Pereira de Souza (CRB-1/1441)

Colaboradores
*Virgínia Antonlioli e Abílio Vinicius Barbosa
Pereira (WWF Brasil)*

Ilustrações e capa
Luciana Fernandes

Editoração eletrônica
Luciana Fernandes

1ª edição
Publicação digital (2022): PDF

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Embrapa, Superintendência de Comunicação

Políticas públicas alimentares : percepções da sociedade e perspectivas / Gustavo Porpino ...
[et al.]. — Brasília, DF : Embrapa, 2022.
97 p. : il. color.

ISBN 978-65-89957-33-1

1. Segurança alimentar. 2. Produção de alimentos. 3. Alimentação. 4. Nutrição humana. 5. Legislação. I. Curado, Fernando Fleury. II. Costa, João Gomes da. III. Alencar, Raíssa Neves. IV. Oliveira, Rodolfo Osorio de. V. Veloso, João Flávio. VI. Correia, João Roberto. VII. Antonlioli, Virgínia. VIII. Vinicius, Abílio. IX. Título.

CDD (21. ed.) 338.18

Rejane Maria de Oliveira Cechinel Darós (CRB-1/2913)

© Embrapa, 2022

Autores

Gustavo Porpino

Jornalista, doutor em administração de empresas, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

Fernando Fleury Curado

Engenheiro-agrônomo, doutor em desenvolvimento sustentável, pesquisador da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

João Gomes da Costa

Engenheiro-agrônomo, doutor em biotecnologia, pesquisador da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

Raíssa Neves Alencar

Relações públicas, mestra em marketing, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

Rodolfo Osorio de Oliveira

Engenheiro-agrônomo, mestre em desenvolvimento econômico, analista da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

João Flávio Veloso

Engenheiro-agrônomo, doutor em fitopatologia, pesquisador da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

João Roberto Correia

Engenheiro-agrônomo, doutor em ciências do solo, pesquisador da Embrapa Alimentos e Territórios, Maceió, AL

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto Comida do Amanhã, ao Observatório de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição da Universidade de Brasília e ao WWF Brasil pelas valiosas contribuições para a elaboração da pesquisa.

Apresentação

Políticas públicas estão no centro do debate sobre sistemas alimentares mais sustentáveis, justos e resilientes, uma condição imposta e acentuada pela pandemia da Covid-19 e pelos conflitos entre nações, como a guerra na Ucrânia. O Brasil precisa avançar mais em segurança alimentar e nutricional por meio de políticas alimentares permanentes. Temos muitos desafios, como evidenciado pelas percepções da sociedade civil e especialistas ouvidos nesta pesquisa, mas também muitas oportunidades de ação.

Enquanto empresa pública, a Embrapa tem papel importante no desenvolvimento de ativos tecnológicos, mas também na proposição e apoio a políticas públicas alinhadas às temáticas de alimentos e alimentação, e nas contribuições técnicas a políticas e programas de Governo. A Embrapa Alimentos e Territórios (Maceió – AL) busca, por meio deste estudo, compreender melhor as percepções sociais sobre políticas públicas alimentares e identificar demandas para orientar nossa agenda de trabalho nesta temática.

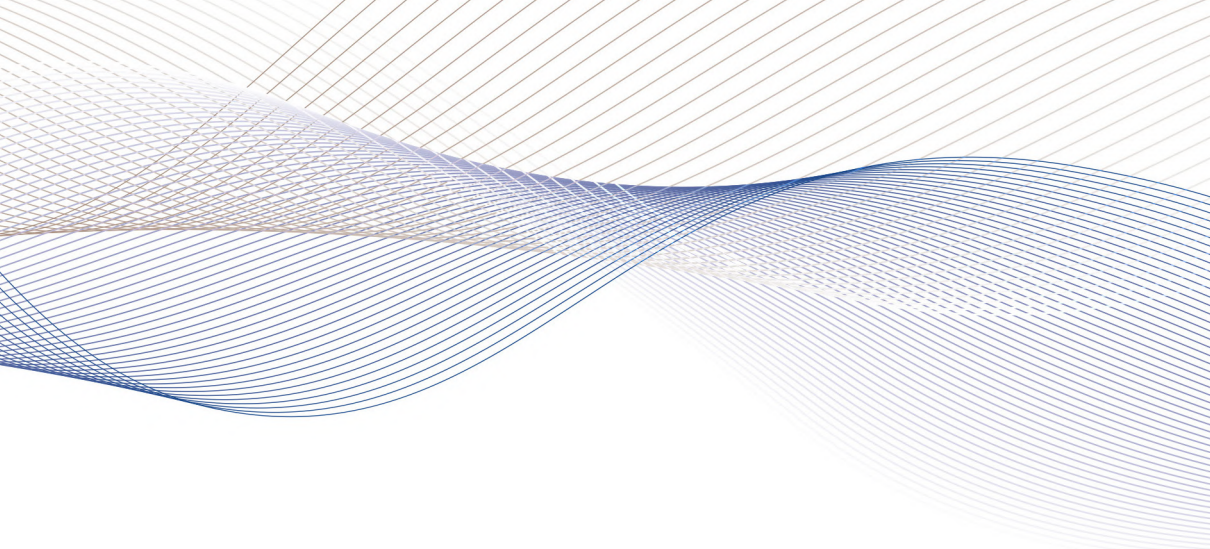
A agenda sobre políticas públicas alimentares tem forte alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2 (Acabar com a fome), 11 (Cidades sustentáveis), 12 (Produção e consumo sustentáveis) e 17 (Parcerias). O alinhamento da agenda de PD&I com a Agenda 2030 reforça nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável.

João Flávio Veloso

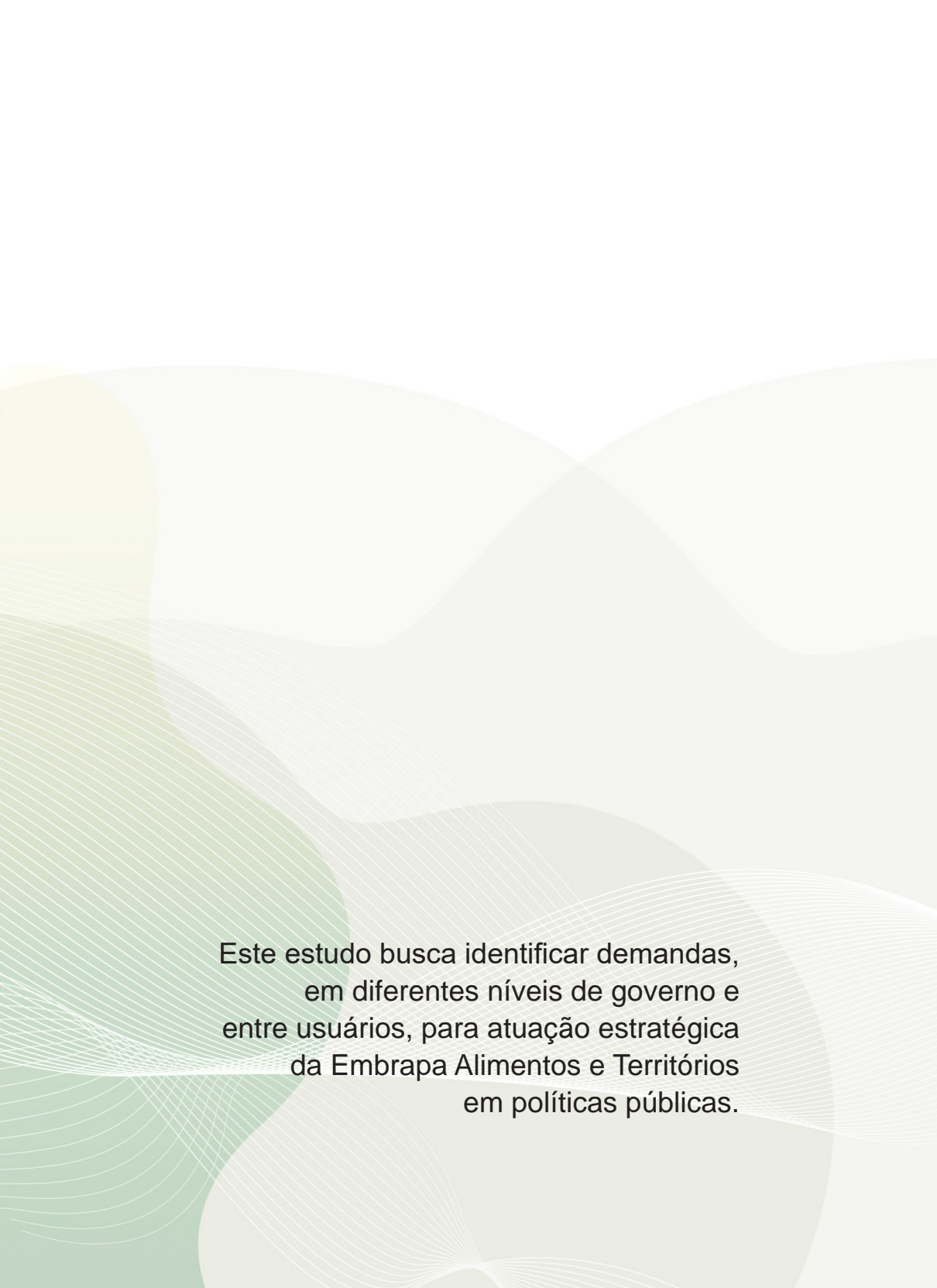
Chefe-Geral da Embrapa Alimentos e Territórios

Sumário

Introdução.....	12
Metodologia.....	19
Pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade realizadas com especialistas na temática e representantes do setor produtivo	19
Levantamento qualitativo com público interno da Embrapa Alimentos e Territórios.....	20
Pesquisa aplicada com públicos de interesse da Embrapa Alimentos e Territórios.....	20
Objetivos	21
Análise das entrevistas em profundidade.....	22
Políticas e programas citados pelas fontes consultadas.....	25
Prioridades elencadas pelas fontes consultadas	27
Oportunidades elencadas pelas fontes consultadas.....	29
Macrotemas e subcategorias associadas	31
Consulta ao público interno.....	35
Programas de governo e/ou políticas públicas com colaboração da equipe.....	35



Programas de governo e/ou políticas públicas considerados prioritários pela equipe	37
Análise da survey	39
Oportunidades para agenda de trabalho em políticas públicas de alimentação	74
Referências	78
Apêndice A: Roteiro da entrevista	84
Apêndice B: Questionário da pesquisa quantitativa	85



Este estudo busca identificar demandas,
em diferentes níveis de governo e
entre usuários, para atuação estratégica
da Embrapa Alimentos e Territórios
em políticas públicas.



Introdução

Políticas públicas de alimentação e nutrição são essenciais para garantir o direito humano à alimentação saudável, conforme estabelecido na Constituição brasileira. A pandemia da Covid-19 deu mais visibilidade a temas alinhados com alimentos e alimentação e a resposta do poder público à necessidade de priorizar ações de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional tem sido considerada inadequada por especialistas (Jaime, 2020; Recine et al., 2020; Fiocruz, 2021). Enquanto isso, a sociedade civil e organizações de controle social têm buscado meios para propor melhorias e fortalecer programas estratégicos, tais como o Pnae, o antigo PAA, e os equipamentos públicos, tais como bancos de alimentos e restaurantes populares (Jaime, 2020).

A agenda das políticas públicas tem dado mais espaço para a promoção da alimentação adequada e saudável, uma condição para o Brasil enfrentar o aumento significativo de doenças crônicas não transmissíveis, tal como a obesidade (Rauber; Jaime, 2019). Conforme destaca Jaime (2019, p. 20), a agenda atual e futura sobre políticas de alimentação e nutrição “precisa lidar com mais eficiência perante o desafio da obesidade e deve incorporar a dimensão da sustentabilidade, dialogando com o que estabelece a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que define os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), intrinsecamente relacionados com a SAN e a saúde”.

Diante desse cenário, a atuação de uma empresa pública de pesquisa agropecuária, além do tradicional desenvolvimento e oferta de ativos tecnológicos que contribuam na efetividade de políticas públicas, pode também ser direcionada para a análise e avaliação das políticas públicas vigentes, com o pro-

pósito de sugerir ajustes e identificar novas possibilidades de ampliar impactos positivos. Da mesma forma, a pesquisa contribui na confirmação científica de evidências empíricas que podem servir de subsídio para a proposição de novas políticas públicas ou ajustes de rumo em políticas públicas vigentes.

O diagnóstico para atuação da Embrapa Alimentos e Territórios, Unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em políticas públicas foi realizado por meio de três etapas: 1. entrevistas em profundidade com especialistas de 11 organizações para avaliar percepções sobre políticas públicas de alimentação, oportunidades de ação e principais desafios; 2. consulta aos colaboradores internos para identificação de quais políticas ou programas de Governo já recebem contribuições; e 3. pesquisa on-line via LimeSurvey com questionário elaborado a partir de temas identificados na etapa qualitativa, respondida por 253 pessoas.

A análise dos dados qualitativos, categorizados e organizados em macrotemas em planilhas Excel, possibilitou identificar as políticas e programas de Governo considerados prioritários pelas(os) especialistas ouvidas(os). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), substituído em 2022 pelo Programa Alimenta Brasil, são considerados os mais merecedores de atenção. Também merecem destaque, quanto às citações feitas sobre as ações vigentes que devem ser fortalecidas e entrarem no radar da agenda de contribuições de um centro de pesquisa, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan), a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos, os restaurantes populares, a Estratégia intersetorial para redução de Perdas e Desperdício de Alimentos (Estratégia PDA) e as campanhas educativas para mudança de hábitos alimentares.

Para as(os) especialistas, oito temas se sobressaem como prioridades que devem compor a agenda de contribuições em políticas públicas de alimenta-

ção de um centro de pesquisa: 1. Combate a perdas e desperdício de alimentos; 2. Capacitação para pequenos produtores acessarem mercado e agregarem valor à produção; 3. Incremento da alimentação escolar; 4. Ações para educar crianças e mudar hábitos de consumo de alimentos; 5. Capacitação de merendeiras; 6. Melhoria da governança da agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil como forma de reduzir a dispersão de esforços; 7. Fortalecimento das compras públicas via PAA; e 8. Incremento dos bancos de alimentos e outras iniciativas de redistribuição.

As prioridades, oportunidades e desafios abordados pelas(os) entrevistadas(os) podem ser agrupados em sete macrotemas, conforme a seguir: 1. SAN; 2. Educação e capacitação; 3. Inovação social; 4. Sistemas alimentares circulares; 5. Governança; 6. Comunicação; e 7. Legislação. A temática da SAN se sobressai nas entrevistas, diante do contexto de piora dos índices de segurança alimentar da população. Isso aponta para a importância de se priorizarem políticas públicas alinhadas ao fortalecimento da SAN.

Quando analisados os dados da “survey”, diversos temas são novamente considerados prioritários pela amostra maior de respondentes. Por meio do teste estatístico do qui-quadrado, utilizado para testar a significância da associação observada entre duas variáveis, infere-se que os temas Combate ao desperdício de alimentos (36; $p=0,0000$); Agricultura orgânica e agroecologia (21,16; $p=0,000004$); Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para pequenos produtores rurais (14,44; $p=0,00144$); Selos distintivos e certificação de alimentos (10,24; $p=0,001374$); Educação alimentar e nutricional (6,76; $p=0,009322$); Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais (5,76; $p=0,016395$); Campanhas de comunicação sobre hábitos alimentares saudáveis (5,76; $p=0,016395$) e Agricultura urbana e periurbana (5,76; $p=0,016395$) estão altamente associados com maior nível de prioridade, conforme percepção dos 253 respondentes da pesquisa. Curiosamente, ações para capacitar merendeiras, consideradas pelas(os) especialistas ouvidas(os) na fase qualitativa como prioritárias para a agenda de contribuições do centro de pesquisa, não são consideradas tão relevantes para os respondentes da survey. A hipótese para a disparidade pode estar relacionada à baixa percepção da sociedade para a relação entre capacitar merendeiras e contribuir tanto com a redução do desperdício de alimentos como com a melhora da qualidade da alimentação escolar. Além disso, o item sobre capa-

citação das merendeiras tem maior especificidade do que outros temas mais abrangentes relacionados.

O Pnae também se sobressai como o programa com mais alta percepção de importância para os próximos cinco anos, seguido pelo Pronaf, PAA, Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Pnsan) e Estratégia PDA, segundo os respondentes do questionário. Por fim, a pesquisa realizada também avalia quais temas de políticas públicas de alimentação são mais priorizados em cada região brasileira e quais as percepções da sociedade sobre os graus de transparência, eficácia e prioridade para os próximos cinco anos para os principais programas e políticas públicas alinhados à alimentação.

A Embrapa Alimentos e Territórios (Maceió, AL), centro de pesquisa mais novo da Embrapa, tem amplo potencial de contribuir com políticas públicas, dado o seu alinhamento com temas relevantes como: 1. a valorização sociocultural de práticas e produtos agroalimentares oriundos de comunidades rurais; 2. a segurança alimentar, nutrição e saúde; 3. o uso sustentável de produtos alimentares da biodiversidade nativa brasileira; e 4. a multifuncionalidade da agricultura, especialmente nos temas de gastronomia e turismo.

Sendo assim, identificar demandas sobre políticas públicas de alimentos e alimentação, dialogando com os diferentes níveis de governo, com o setor privado e seus usuários, é imprescindível para nortear a construção de um plano de trabalho da Embrapa Alimentos e Territórios que contribua nessa questão. O papel da Embrapa, enquanto empresa pública, também passa por fomentar e propor políticas públicas de alimentos e alimentação a partir das demandas identificadas; e ainda contribuir com a melhoria das ações alinhadas às políticas já existentes.

O momento é propício para uma profunda reflexão sobre o papel da alimentação na garantia da dignidade humana, incremento da saúde e até mesmo construção da paz. Segundo Morley e Morgan (2021), reconhecer o status fundamental dos alimentos como geradores de múltiplos dividendos, proporcionando meios de subsistência econômicos, cidadãos mais saudáveis e ambientes locais mais verdes, conforme ilustrado pela criticidade durante a pandemia da Covid-19, contribui para uma reforma mais progressiva e consequente das políticas públicas de alimentação. Com base em Morgan (2012), os autores propõem o uso do conceito “ambientes alimentares” em

vez de cadeia agroalimentar como forma de ilustrar que os lugares e espaços nos quais os alimentos são adquiridos e preparados e, até mesmo, o que as pessoas falam sobre comida e o que os alimentos significam são fatores importantes para delinear políticas públicas alimentares com enfoque urbano capazes de fortalecer ambientes alimentares sustentáveis nas cidades.

O desafio é decidir quais políticas são necessárias para transformar os sistemas alimentares que não proporcionam o acesso a dietas nutritivas e seguras a todos, problema acentuado com o aumento da insegurança alimentar global no biênio 2020-2021. Em um contexto como esse, conforme ressalta o Global Panel (2017), é fundamental aprimorar os ambientes alimentares para que eles permitam a materialização de uma série de benefícios: uma nutrição melhor, uma população mais saudável e economias locais mais produtivas.

A governança é fator-chave de sucesso das políticas públicas de alimentação segundo discussões da recente Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas. A governança dos Sistemas Alimentares é um processo adaptado pelo qual as sociedades negociam, implementam e avaliam prioridades coletivas de transformação dos sistemas alimentares ao construir uma compreensão compartilhada de sinergias e trade-offs entre diversos setores, escalas e partes interessadas (Food System Summit of the United Nations, 2021). Além de ser imperativo analisar os trade-offs, deve-se buscar coerência entre políticas e programas distintos, alinhamento entre programas e políticas, articulação interministerial, envolvimento de diferentes níveis de governo, participação da sociedade civil e envolvimento do setor produtivo (Food System Summit of the United Nations, 2021).

Políticas públicas focadas no fortalecimento dos sistemas alimentares podem ser lideradas por diferentes níveis de governo, embora haja uma recente tendência de as cidades liderarem uma agenda focada no fortalecimento da segurança alimentar e nutricional alinhada também a ações de economia circular. Nesse contexto, surgem as redes de cidades (Ex: C40 Food Systems Network, Rede do Pacto de Milão para Alimentação Urbana, ICLEI Cityfood Network) organizadas para fortalecer ambientes alimentares urbanos mais saudáveis, justos e resilientes (Moragues-Faus, 2021). As redes também são importantes arranjos para trocas de conhecimento, identificação de boas práticas e incremento do poder de barganha para busca de financiamento para os programas e políticas. Adicionalmente, os municípios têm potencial

para desenvolver políticas personalizadas e, possivelmente, mais eficazes (Sibbing; Candel, 2021).

Filippini et al. (2019) argumentam, ainda, que a capacidade de governança é um determinante mais forte do sucesso de políticas públicas de alimentação de âmbito municipal do que o tamanho da cidade. Para os autores, cidades de pequeno e médio porte também podem implementar estratégias de fortalecimento dos sistemas alimentares. As estratégias devem contemplar as diferentes dimensões das políticas públicas alimentares: ambiental, econômica, social e de saúde (Sibbing; Candel, 2020).

Para Filippini et al. (2019), as políticas municipais incluem ampliação do acesso a alimentos saudáveis, redução do desperdício de alimentos, apoio à agricultura urbana e periurbana, incentivo a novos negócios alimentares e fortalecimento da alimentação escolar. Morley e Morgan (2021) acrescentam que, no âmbito das cidades, os programas de alimentação escolar têm forte potencial de impactar positivamente os ambientes alimentares urbanos, dada a capacidade de gerar benefícios socioeconômicos para produtores locais de alimentos e enriquecer a dieta das crianças assistidas. As compras públicas de alimentos locais, para fornecimento da alimentação escolar, são citadas como essenciais para aquecer a economia das cidades e impactam positivamente a segurança alimentar dos pequenos produtores via geração de renda.

Em países diversos como o Brasil, políticas públicas de alimentação pensadas e executadas localmente podem ter mais eficácia em função do alinhamento às peculiaridades de cada município ou região. A cidade de Belo Horizonte, por exemplo, citada por ICLEI (2021) e Sibbing e Candel (2021) como um exemplo de município que investe em políticas públicas de alimentação, auxilia outros governos locais a construir suas políticas alimentares por meio das redes do Pacto de Milão e Cityfood, nas quais Belo Horizonte atua.

A importância das cidades estarem engajadas na agenda de políticas públicas alimentares ressalta, ainda, o desafio do Governo Federal em ser indutor da integração entre diferentes níveis de governo, além de buscar meios para que as políticas públicas sejam políticas de Estado e integrem esforços interministeriais. O Pnae, por exemplo, recorrentemente citado como uma das políticas mais estratégicas para a garantia da SAN, embora tenha recebido 42,3% de aumento em seu orçamento nominal entre 2010 e 2020, apresenta

retração orçamentária em termos reais de 17,8% nesse período, passando de R\$ 5,6 bilhões em 2010 para R\$ 4,6 bilhões em 2020 (Brasil, 2021).

O histórico orçamentário do Pnae e de outros programas importantes mostra que, a cada período de retração econômica, tais programas perdem capacidade de investimento. De 2015 para 2016, o orçamento do Pnae perdeu quase 20% de poder de compra, considerando a redução orçamentária de R\$ 3,7 bilhões (2015) para R\$ 3,4 bilhões (2016) e a inflação anual do grupo alimentos, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 10,67% em 2015 (IBGE, 2015). De 2018 para 2019, o programa registrou queda orçamentária de R\$ 4 bilhões para R\$ 3,9 bilhões, e mais recentemente, diversas instituições representativas da sociedade civil mostraram preocupação com a nova retração orçamentária prevista no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, no qual destinou-se ao Pnae R\$ 3,96 bilhões, montante inferior aos R\$ 4,06 bilhões do orçamento de 2021. Já o antigo PAA, que passou a ser chamado de Programa Alimenta Brasil, tem orçamento no PLOA de 2022 de R\$ 101,6 milhões, recursos considerados insuficientes para atender os milhares de agricultores e iniciativas contempladas no antigo PAA.

Metodologia

O diagnóstico para atuação da Embrapa Alimentos e Territórios em políticas públicas foi realizado por meio de três etapas: 1. entrevistas em profundidade com especialistas de 11 organizações públicas e privadas; 2. consulta aos colaboradores internos; e 3. pesquisa com questionário online elaborado a partir de temas identificados na etapa qualitativa.

Pesquisa qualitativa com entrevistas em profundidade realizadas com especialistas na temática e representantes do setor produtivo

Nesta etapa, os entrevistados foram definidos levando-se em conta o conhecimento dos respondentes em políticas públicas de alimentos e alimentação. As entrevistas foram gravadas via Google Meet, com consentimento dos entrevistados, para análise de conteúdo e codificação. A codificação possibilitou a identificação de macrotemas a partir da consolidação dos dados coletados em todas as entrevistas. Foram entrevistados representantes das seguintes instituições: 1. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) de Alagoas; 2. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); 3. Ministério da Cidadania; 4. Gastromotiva; 5. Universidade de Brasília/Observatório de Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição; 6. Senado Federal; 7. Prefeitura de São Paulo; 8. Slow Food Brasil; 9. Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agrônômica para o Desenvolvimento (Cirad); 10. Associação dos Produtores de Queijo Canastra (Aprocan); e 11. Manioca. A análise dos dados qualitativos possibilitou identificar os principais desafios relacionados ao fortalecimento de políticas públicas de alimentos e alimentação, assim como listar

as políticas e programas mais citados pelos participantes. Os dados derivados das entrevistas serviram para elaborar o questionário aplicado via Lime Survey com amostra maior de respondentes.

Levantamento qualitativo com público interno da Embrapa Alimentos e Territórios

Esta etapa compreendeu coletar dados por meio de questionário on-line com perguntas abertas, enviado via Google Forms, para os colaboradores da Embrapa Alimentos e Territórios indicarem se já estavam contribuindo com políticas públicas e citarem quais políticas públicas estavam mais alinhadas com as atividades em andamento.

Pesquisa aplicada com públicos de interesse da Embrapa Alimentos e Territórios

Por fim, a partir dos dados coletados nas etapas anteriores, foi delineada pesquisa do tipo “survey”, com envio de questionário on-line via Lime Survey, para classificar quais políticas públicas devem ser o foco de atuação inicial da Embrapa. A pesquisa obteve 253 respostas completas e foi útil para ouvir uma amostra maior do que os entrevistados da fase inicial e coletar dados sobre os anseios dos públicos de interesse sobre a atuação do centro de pesquisa em relação a políticas públicas de alimentação e nutrição.

Em síntese, o diagnóstico está delineado para construir um mapeamento das demandas prioritárias e definição de agenda que sejam orientados para os atores sociais e institucionais envolvidos nas políticas de alimentação e nutrição. Dessa forma, a proposição da agenda de trabalho irá emergir dos dados e contemplar o que os parceiros e usuários esperam da Embrapa Alimentos e Territórios.

Objetivos

O objetivo geral deste estudo é identificar demandas, em diferentes níveis de governo e entre usuários, para atuação estratégica da Embrapa Alimentos e Territórios em políticas públicas. Busca-se ainda: a) Mapear as políticas públicas alinhadas com a missão da Embrapa Alimentos e Territórios (UD); b) Identificar as políticas públicas com as quais os colaboradores da UD já contribuem individualmente; c) Elaborar um plano de trabalho a partir da priorização das políticas públicas que receberão contribuições da equipe da UD; d) Alinhar as políticas públicas e ações da UD com as metas dos ODS; e) Proposição do processo de contribuições da UD para políticas públicas; f) Mapeamento das necessidades e oportunidades de capacitação em políticas públicas alinhadas com a UD; e g) Compartilhar os achados com os centros de pesquisa da Embrapa interessados no tema.

Análise das entrevistas em profundidade

A análise em profundidade das 11 entrevistas realizadas aponta para uma multiplicidade de desafios que devem ser enfrentados para o fortalecimento das políticas públicas alimentares. Dentre os vários programas e políticas citadas, o Pnae e o PAA destacam-se como os mais importantes para a priorização do fortalecimento. Os macrotemas de “segurança alimentar e nutricional”, “inovação social” e “sistemas alimentares circulares” são os mais associados às prioridades e oportunidades elencadas pelas fontes ouvidas. Adicionalmente, os macrotemas de educação e capacitação, comunicação, governança e legislação emergem dos dados analisados como eixos transversais que estão associados aos desafios para fortalecer os programas e políticas citados.

Várias(os) entrevistadas(os) afirmaram a importância do Pnae, considerado um programa estratégico para a garantia da segurança alimentar de crianças e jovens. Uma especialista ouvida considera que, dada a abrangência e capilaridade do Pnae, essa deve ser a política pública de alimentação prioritária para tratar dos temas de promoção de dietas saudáveis, redução do desperdício de alimentos e educação nutricional para as famílias, já que as crianças são agentes de mudança do comportamento familiar. A entrevistada também salienta que o fortalecimento do Pnae e do PAA significa também incentivar a agricultura familiar, desde que se cumpra a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. A aquisição da agricultura familiar para a alimentação escolar está regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015, que dispõe

sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Pnae.

Ressaltou-se que ainda há a possibilidade de aprovar leis estaduais com enfoque maior nas compras públicas de alimentos da agricultura familiar orgânica. A entrevistada sugeriu priorizar como público-alvo das ações as pessoas envolvidas nos conselhos de alimentação escolar, um contingente de mais de 20 mil conselheiros que podem atuar no fortalecimento de políticas públicas de alimentação.

Outro entrevistado, especialista em políticas públicas do setor agroalimentar, ponderou que o Estado não deve abrir mão de ser indutor de mudanças nos padrões de consumo de alimentos e o caminho viável é envolver associações representativas de diversos atores da cadeia agroalimentar, principalmente, indústria e varejo. Ressaltou que há ampla necessidade de modernizar leis e formular novas legislações sobre educação do consumidor, redução do desperdício de alimentos e bancos de alimentos, por exemplo. Salientou ainda que o Pronaf e a Política de Crédito Rural merecem bastante atenção e precisam também de reformulações. Defendeu o fortalecimento da comunicação para mudança comportamental buscando envolver a grande mídia, tais como programas de chefs, valorização das Plantas Alimentícias Não Convencionais (Panc), pulses (sementes secas de leguminosas), alimentos regionais e, ainda, enfatizar dietas sustentáveis.

Também chama a atenção, no discurso dos entrevistados, a percepção de que o poder público, em geral, dá pouca atenção à agenda dos sistemas alimentares, os quais têm crescido em importância globalmente. Alguns destacam que falta, inclusive à Embrapa, adotar um novo olhar do campo à mesa que possibilite pensar a lógica dos sistemas alimentares em substituição à visão mais produtivista de dentro da porteira. Para uma entrevistada, embora a sociedade civil esteja mais atenta e várias iniciativas estejam surgindo via empreendedores sociais e Organizações Não Governamentais (ONGs), o poder público tem ações ainda incipientes e dispersas. Um dos gargalos citados é a governança da agenda de SAN. Outro entrave são as regulamentações deficientes ou arcaicas. A especialista salientou que há muitas políticas públicas com foco dentro da porteira, mas a comercialização, por exemplo, carece de olhar mais atento. Ressaltou que a importância dos bancos de alimentos

e o combate ao desperdício têm sido temas muito debatidos no exterior, mas ainda sem a atenção devida no Brasil.

Para outra especialista, há uso político da distribuição de alimentos no Brasil e faltam políticas holísticas que envolvam toda a agenda de acesso à alimentação e enfatizem também a importância da educação nutricional. O guia alimentar e a rotulagem são temas que carregam consigo conflitos de interesse perceptíveis, mas que devem ser debatidos. Há, historicamente, pouca interlocução com o setor produtivo na agenda de SAN, mas precisa haver uma reformulação das estratégias para ações público-privadas e envolvimento dos diferentes níveis de governo. Quando o foco é incremento da comercialização para pequenos produtores, notadamente os extrativistas da Amazônia e outros biomas, faz todo sentido atuar em conjunto com o setor produtivo e envolver outros atores do ecossistema de inovação, pondera a especialista ouvida na pesquisa. Foi ressaltado ainda que o Ministério da Saúde, o Ministério da Cidadania e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento precisam estar mais integrados na agenda de SAN, mas os entrevistados salientam que já houve mais divergências.

Outro tópico relevante, ressaltado nas falas analisadas, é o de que a agricultura precisa estar mais presente nos ambientes urbanos. Uma das entrevistadas defende uma atuação para gerar cidadania alimentar e salienta que os ambientes alimentares devem ser estudados para aprofundar a compreensão sobre disponibilidade, qualidade e preço dos alimentos. Da mesma forma, devem ser identificados desertos alimentares e estabelecidas estratégias para fomento a circuitos curtos de produção e consumo após a identificação dos alimentos que estão ou não disponíveis. Destaca que a pandemia trouxe à tona a necessidade de melhorar a qualidade da nutrição e há um movimento inédito da sociedade civil e ONGs para refletir sobre o sistema alimentar e buscar implementar iniciativas que valorizem dietas saudáveis e sustentáveis, além do combate à fome. As cidades precisam implementar suas próprias políticas de segurança alimentar e nutricional e as políticas devem ter o olhar público. O setor produtivo precisa ser envolvido na formulação das políticas, mas não deve ter poder decisório por conta de alguns conflitos de interesse. Aponta que Belo Horizonte, Curitiba e Florianópolis são bons casos de agendas municipais de SAN e as boas práticas precisam ser mais bem disseminadas. Considera que os conselhos e comitês multisseto-

riais com foco em SAN possibilitam aos governos conhecerem a realidade de modo mais abrangente do que as pesquisas e essas fontes de informação são imprescindíveis para a formulação de políticas públicas de alimentação. Defende ainda que, paralelo ao trabalho de mudança de hábitos de consumo, devem ocorrer esforços para a transição nos modos de produção. A agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais carecem de mais tecnologias sociais e assistência técnica.

Também é importante ressaltar as citações feitas pelos entrevistados às oportunidades de fortalecimento a programas de gastronomia social como forma de mudar a realidade dos mais pobres por meio de capacitação e geração de renda. Ressaltou-se que políticas públicas podem fortalecer oportunidades de empreendedorismo social vinculado a alimentos, possibilitando tanto promoção da SAN quanto geração de empregos.

Políticas e programas citados pelas fontes consultadas

Na Figura 1 são apresentadas as políticas e programas de Governo mais citados nas falas dos entrevistados espontaneamente. A categorização “Nível 1” indica que os programas foram referenciados por quase todos os entrevistados; o “Nível 2” apresenta programas e políticas citados pela maior parte das fontes ouvidas; e o “Nível 3” menciona os programas citados em algumas falas, mas sem estarem presentes na maioria das entrevistas.



Figura 1. Políticas e programas citados pelas fontes consultadas.

Prioridades elencadas pelas fontes consultadas

Espontaneamente, prioridades associadas aos macrotemas de SAN e sistemas alimentares circulares destacam-se entre as mais citadas pelas fontes ouvidas. Seguindo a mesma categorização por níveis 1, 2 e 3, dos mais aos menos citados, são apresentadas as prioridades. Veja Figura 2.



Prioridades associadas aos macrotemas de SAN e sistemas alimentares circulares destacam-se entre as mais citadas pelas fontes ouvidas.

NÍVEL 1



- Combate a perdas e desperdício de alimentos;
- Capacitação para pequenos produtores acessarem mercado e agregarem valor à produção;
- Incremento da alimentação escolar;
- Ações para educar crianças e mudar hábitos de consumo de alimentos;
- Capacitar merendeiras;
- Melhorar a governança da agenda de SAN no Brasil como forma de reduzir a dispersão de esforços;
- Fortalecimento das compras públicas via PAA;
- Incremento dos bancos de alimentos e outras iniciativas de redistribuição.



Figura 2. Prioridades elencadas pelas fontes consultadas.

Oportunidades elencadas pelas fontes consultadas

As oportunidades também são múltiplas e, dentre as mais citadas, destacam-se as alinhadas com o Pnae, desenvolvimento territorial e ações de comunicação para mudança de hábitos de alimentação. Seguindo a mesma categorização por níveis 1, 2 e 3, dos mais aos menos citados, são apresentadas as oportunidades. Veja Figura 3.



As oportunidades também são múltiplas e, dentre as mais citadas, destacam-se as alinhadas com o Pnae, desenvolvimento territorial e ações de comunicação para mudanças de hábitos de alimentação.

NÍVEL 1



- Incorporar mais alimentos locais à merenda escolar;
- Políticas públicas com olhar territorial e enfoque no desenvolvimento de territórios específicos (Ex: territórios da Amazônia, comunidades tradicionais do Tocantins, Serra da Canastra);
- Ações e campanhas para mudar hábitos alimentares da população;
- Capacitar merendeiras e implementar ações de incremento da alimentação escolar.



Figura 3. Oportunidades elencadas pelas fontes consultadas.

Macrotemas e subcategorias associadas

As prioridades, oportunidades e desafios abordados pelos entrevistados podem ser agrupados em sete macrotemas conforme a seguir. A temática da SAN se sobressai nas entrevistas, diante do contexto de piora dos índices de segurança alimentar da população. Isso aponta para a importância de se priorizarem políticas públicas alinhadas ao fortalecimento da SAN. Veja Figura 4.



1. Segurança alimentar e nutricional: fortalecimento de compras públicas; incremento dos restaurantes populares; programas voltados à promoção das dietas saudáveis e sustentáveis; programas para incrementar alimentação nos hospitais públicos, forças armadas e penitenciárias.



2. Educação e capacitação: capacitação para pequenos produtores e comunidades tradicionais; capacitação para merendeiras; educação nutricional para crianças; formação de agentes de mudança social nas comunidades; educação empreendedora; fortalecimento das hortas pedagógicas.



3. Inovação social: Ater com foco em transição agroecológica; abordagens participativas para gerar inovação na agricultura familiar; fomento a negócios de impacto social nas comunidades; fortalecimento da gastronomia social; atuação em rede com empreendedores sociais; fomento ao uso da biodiversidade na alimentação.



4. Sistemas alimentares circulares: programas e políticas para redução das perdas e do desperdício de alimentos; redistribuição por meio de bancos de alimentos; mapeamento de desertos alimentares e pesquisa com enfoque em ambientes alimentares.



5. Governança: articulação com cidades; planejamento com envolvimento da sociedade civil e interação com setor produti-

vo; identificação e compartilhamento de boas práticas de SAN entre cidades; planejamento estratégico participativo dos territórios.



6. Comunicação: comunicação mercadológica focada para setor produtivo; comunicação para mudança comportamental sobre hábitos alimentares e construção de “cidadania alimentar”; construção de relacionamentos com conselhos de alimentação escolar; comunicação para parlamentares e candidatos sobre agenda de SAN.



7. Legislação: regulamentação sobre prazos de validade; normatização para rotulagem; marcos regulatórios de produção de produtos de origem animal.



Figura 4. Macrotemas e subcategorias associadas.

Políticas públicas de alimentação
e nutrição são essenciais para
garantir o direito humano à
alimentação saudável.



Consulta ao público interno

A consulta ao público interno indica que 54% dos colaboradores da Embrapa Alimentos e Territórios afirmam já colaborar com algum programa ou política pública alinhada aos temas de alimentos e alimentação.

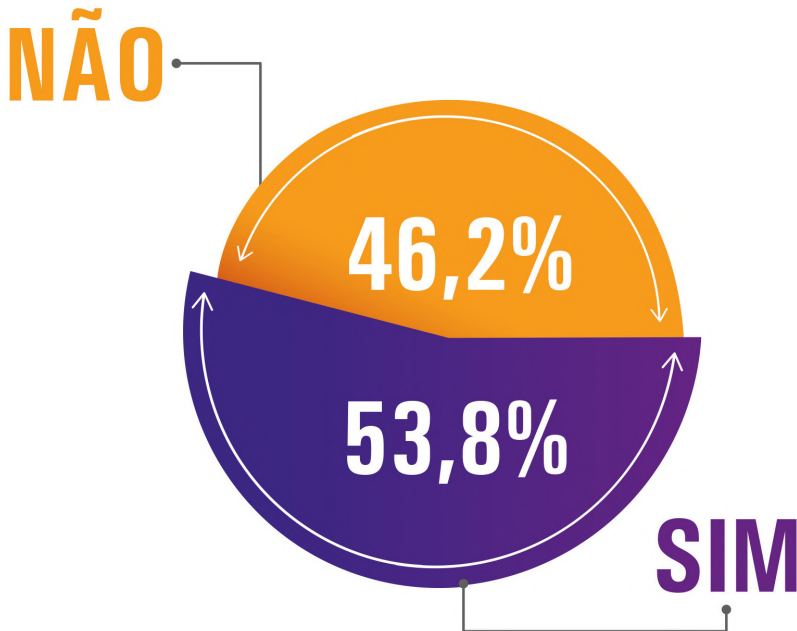


Figura 5. Consulta ao público interno.

Programas de governo e/ou políticas públicas com colaboração da equipe

A consulta aos colaboradores da Embrapa Alimentos e Territórios possibilitou identificar quais programas de governo e/ou políticas públicas já têm recebido contribuições da equipe (Figura 6). Os centros de pesquisa da Embrapa são, normalmente, acionados por Ministérios para contribuir com informações respaldadas por conhecimento científico por meio da elaboração de Notas Técnicas, participação em audiências públicas e/ou webinários, por exemplo.



Figura 6. Programas de governo e/ou políticas públicas com colaboração da equipe.

Programas de governo e/ou políticas públicas considerados prioritários pela equipe

Os colaboradores da Embrapa Alimentos e Territórios também indicaram quais programas de governo e/ou políticas públicas devem ser priorizadas para receber mais contribuições do centro de pesquisa e parceiros. O Pnae e o antigo PAA (Atualmente Programa Alimenta Brasil) foram os mais citados, conforme Figura 7.

A diversidade de temas ressaltados reforça a importância de construir uma agenda plural e multidisciplinar, além da necessidade de priorizar alguns programas e políticas. Além dos programas e políticas apresentados na Figura 7, a equipe de PD&I da Embrapa ressaltou as oportunidades de propor e/ou aprimorar políticas relacionadas a segurança dos alimentos, educação nutricional, cultura alimentar, redução de perdas e desperdício de alimentos, aleitamento materno, agricultura urbana e periurbana, sistemas de certificação por auditoria, cidades e alimentação, e ainda colaborar com as discussões internacionais relativas à implementação do Pacto de Milão para Políticas de Alimentação Urbana, Codex Alimentarius, entre outras.

Mais citados

Programa Nacional de Alimentação Escolar
Programa de Aquisição de Alimento

Destaque

Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Pnsan

Política Nacional de Agroecologia e Prod. Orgânica (Pnapo)
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Pnan)

PGPM-Bio
Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Plano Nacional de Agroecologia e Prod. Orgânica (Planapo)
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos

Plano Safra
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Plano Nacional para a Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNBSB)

PROGRAMAS DE GOVERNO E/OU POLÍTICAS PÚBLICAS CONSIDERADOS PRIORITÁRIOS PELA EQUIPE

Plano Nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT)

Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
Plano Nacional de promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade

Política Nac. de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)

Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

Programa Bioeconomia Brasil - Sociobiodiversidade, Programa Brasil Quilombola da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)

Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

Figura 7. Programas de governo e/ou políticas públicas considerados prioritários pela equipe.

Análise da pesquisa

A pesquisa obteve 253 respostas completas para o questionário elaborado. Outras 315 pessoas responderam ao questionário apenas parcialmente. Para as análises seguintes, foram levados em conta apenas os respondentes que preencheram o questionário na íntegra. Além das estatísticas descritivas, foi avaliada a significância estatística, por meio do teste do qui-quadrado de Pearson, para analisar se as associações entre região do respondente e nível de prioridade dado a cada tema foram significativas ($P < 0,05$), além de avaliar a significância das percepções de cada tema com relação à variável grau de prioridade para agenda de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de um centro de pesquisa público, mensurado por meio de escala Likert de sete pontos.

A maior parte dos participantes (56,6%) atua no Poder Executivo Federal. A pesquisa também obteve respostas do terceiro setor (4,35%) e setor privado (11%), e outros 13,8% foram representantes da academia, conforme Figura 8 a seguir.

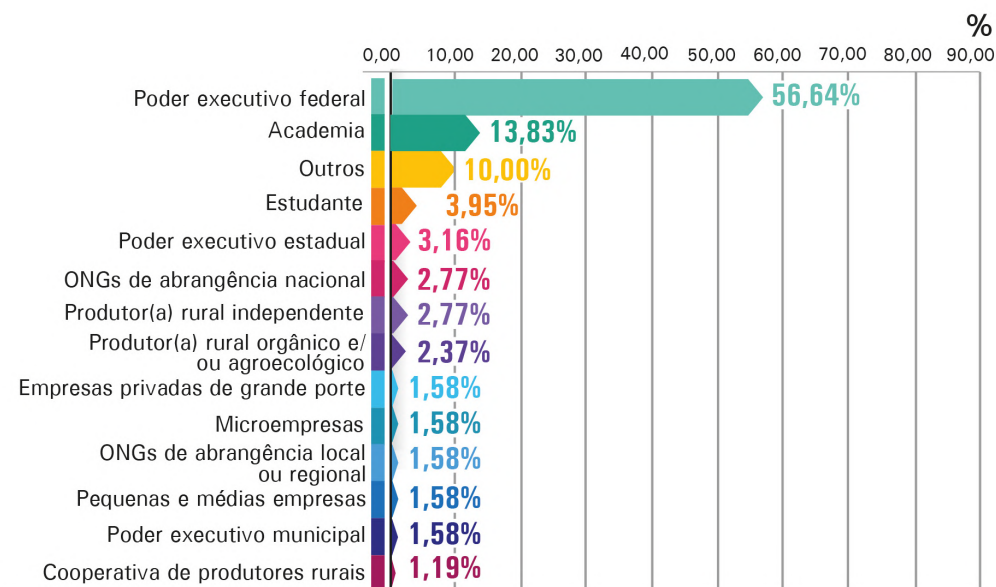


Figura 8. Área de atuação dos respondentes em % (n=253).

Todas as regiões brasileiras estão representadas entre os respondentes, com 30,4% da Região Sudeste, a mais populosa do País. Na Figura 9 a seguir, mostra-se a distribuição dos respondentes da pesquisa por região.

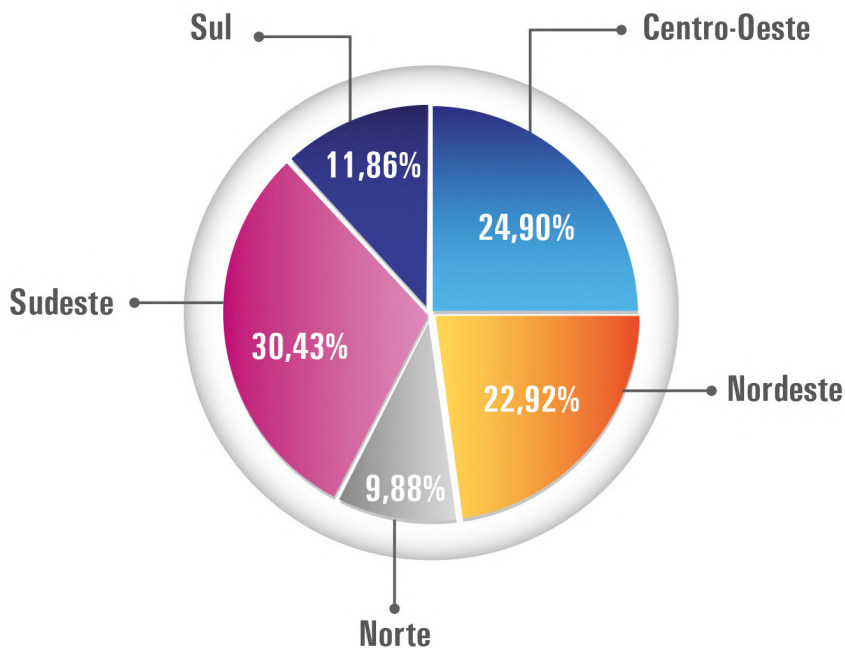


Figura 9. Região dos respondentes em % (n=253).

Quanto às faixas etárias, conforme Figura 10 a seguir, 52% dos respondentes tinham até 49 anos. A pesquisa também obteve respostas de pessoas com mais de 60 anos (21%).

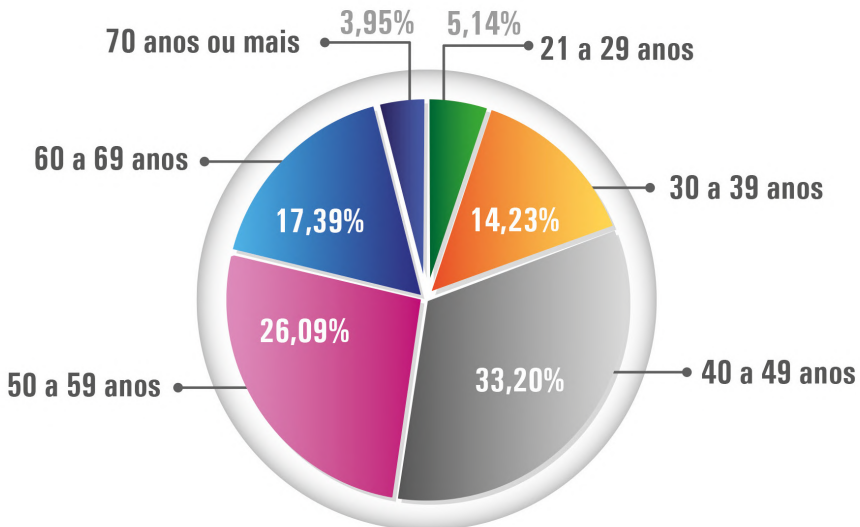


Figura 10. Faixa etária dos respondentes em % (n=253).

Para os respondentes da pesquisa, os temas “combate ao desperdício de alimentos”, “agricultura orgânica e agroecológica” e “assistência técnica e extensão rural para pequenos produtores” são percebidos como os que devem ter maior prioridade para a agenda de PD&I da Embrapa Alimentos e Territórios, considerando as temáticas alinhadas a políticas públicas de alimentos e alimentação citadas na pesquisa. Conforme Figura 11, 80% dos respondentes consideram que o enfrentamento ao desperdício de alimentos deve ter prioridade alta ou máxima (atribuição de 6 ou 7 em escala de sete pontos para nível de prioridade).

Por meio do teste do qui-quadrado, infere-se que os temas Combate ao desperdício de alimentos ($\chi^2=36$; $p=0,0000$); Agricultura orgânica e agroecologia ($\chi^2=21,16$; $p=0,000004$); Assistência técnica e extensão rural (Ater) para pequenos produtores rurais ($\chi^2=14,44$; $p=0,00144$); Selos distintivos e certificação de alimentos ($\chi^2=10,24$; $p=0,001374$); Educação alimentar e nutricional ($\chi^2=6,76$; $p=0,009322$); Desenvolvimento sustentável de povos e comunida-

des tradicionais ($\chi^2=5,76$; $p=0,016395$); Campanhas de comunicação sobre hábitos alimentares saudáveis ($\chi^2=5,76$; $p=0,016395$) e Agricultura urbana e periurbana ($\chi^2=5,76$; $p=0,016395$) estão altamente associados com maior nível de prioridade. Para os respondentes, esses temas apresentaram prioridade entre 62% e 80%.

Para os temas os temas Produtos alimentícios artesanais ($\chi^2=3,24$; $p=0,07186$); Hortas escolares ($\chi^2=3,24$; $p=0,07186$) e Hortas comunitárias ($\chi^2=3,24$; $p=0,07186$), com aprovação de 59% dos respondentes, podem ser considerados como medianamente associados ao grau de prioridade para a agenda de PD&I. Já os temas Bancos de sementes crioulas com 54% ($\chi^2=0,64$; $p=0,42371$); Compras públicas/Programas de alimentação escolar com 51% ($\chi^2=0,04$; $p=0,84148$); Crédito rural para pequenos e médios produtores rurais com 49% ($\chi^2=0,04$; $p=0,84148$); Compras públicas de alimentos para programas sociais com 49% ($\chi^2=0,04$; $p=0,84148$); Restaurantes populares com 44% ($\chi^2=1,44$; $p=0,230139$) e Bancos de alimentos e programa de doação com 44% ($\chi^2=1,44$; $p=0,230139$) foram indiferentes quanto ao nível de prioridade como demonstrado pela não significância apresentada pelo teste estatístico. Para esses temas os respondentes nem concordam nem discordam em relação a prioridade para compor um programa de PD&I. Por outro lado, os temas Cozinha solidária com apenas 40% do público concordando ($\chi^2=4,00$; $p=0,0455$); Capacitação para merendeiras com 38% ($\chi^2=5,76$; $p=0,016395$) e Compras públicas/programa de alimentos para hospitais com 37% ($\chi^2=6,76$; $p=0,009322$) não são percebidos como sendo de prioridade para compor a agenda de contribuições para políticas públicas de um centro de pesquisa. Para esses temas, o entendimento do público alvo da pesquisa é que não são considerados prioritários de forma significativa como demonstrado pelo teste estatístico. De todo modo, como esses três temas considerados menos prioritários estão também alinhados a temas mais abrangentes, vistos como de elevada prioridade, os resultados não significam que não devam entrar na agenda de trabalho focada em contribuições para políticas públicas.



Figura 11. Grau de prioridade dos temas para agenda de PD&I em % (n=253).

Combate ao desperdício=36 p=0,0000; Agricultura orgânica e agroecologia = 21,16 p=0,0000004; Ater para pequenos produtores rurais = 14,44 p=0,00144; Selos distintivos e certificação de alimentos = 10,24 p=0,001374; Educação alimentar e nutricional = 6,76.p=0,009322; Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 5,76 p=0,016395; Campanhas de comunicação sobre hábitos alimentares saudáveis = 5,76 p=0,016395; Agricultura urbana e periurbana = 5,76 p=0,016395; Produtos alimentícios artesanais = 3,24 p=0,07186; Hortas escolares = 3,24 p=0,07186; Hortas comunitárias = 3,24 p=0,07186; Bancos de sementes crioulas = 0,64 p=0,42371; Compras públicas/Programas de alimentação escolar = 0,04 p=0,84148; Crédito rural para pequenos e médios produtores rurais = 0,04 p=0,84148; Compras públicas de alimentos para programas sociais = 0,04 p=0,84148; Restaurantes populares = 1,44 p=0,230139; Banco de alimentos e programa de doação = 1,44 p=0,230139; Cozinha solidária = 4,00 p=0,0455; Capacitação para merendeiras = 5,76 p=0,016395; Compras públicas/ programa de alimentos para hospitais = 6,76 p=0,009322.

Ao todo, oito temas receberam mais de 60% de respostas nos dois mais altos graus de priorização. É interessante perceber, ainda, que alguns temas são correlacionados e podem ser combinados em ações de PD&I. Por exemplo, campanhas de comunicação sobre hábitos alimentares saudáveis (62%), educação alimentar e nutricional (63%) e capacitação para merendeiras (38%) têm alinhamento com o enfrentamento ao desperdício de alimentos. Da mesma forma, agricultura urbana e periurbana (62%) pode ser um tema trabalhado em conjunto com o fomento à agricultura orgânica e agroecológica, tendo recebido 73% de respostas nos dois mais altos níveis da escala de sete pontos.

Quando analisado o grau de prioridade percebido que cada tema deve ter na agenda de PD&I da Embrapa Alimentos e Territórios, é interessante notar que a região do respondente explica a variância para algumas prioridades elencadas. Os respondentes avaliaram, em escala de sete pontos, o grau de prioridade para cada tema a partir da seguinte pergunta: “Dentre os temas de políticas públicas e programas apresentados a seguir, quais devem ser priorizados na agenda de contribuições de um centro de pesquisa agropecuária público com enfoque em alimentos?”

O tema “agricultura urbana e periurbana”, por exemplo, é percebido como mais prioritário por respondentes da Região Nordeste, conforme Figura 12, que refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para agricultura urbana e periurbana.

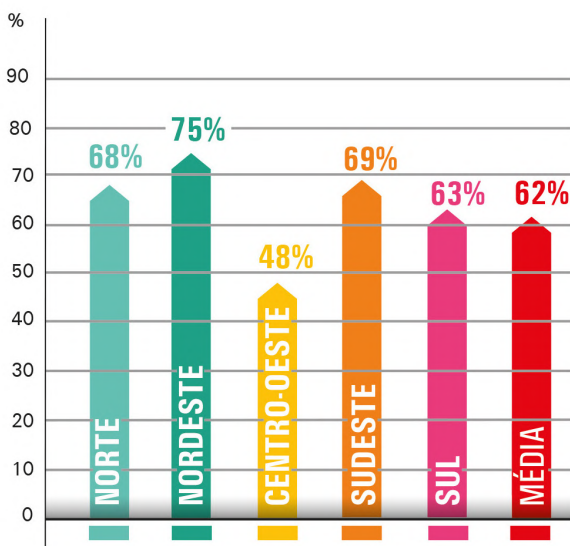


Figura 12. Nível de prioridade para agricultura urbana e periurbana por região em % (n=253).

Norte: agricultura urbana e periurbana = 12,96, p=0,0003118; Nordeste: agricultura urbana e periurbana = 25, p=0,00000; Centro-Oeste: agricultura urbana e periurbana = 0,16, p=0,689156; Sudeste: agricultura urbana e periurbana = 14,44, p=0,000144; Sul: agricultura urbana e periurbana = 6,76, p=0,009322.

As Regiões Norte e Nordeste também classificaram os temas “agricultura orgânica e/ou agroecológica” com prioridade mais elevada do que a média das demais regiões. Em geral, com exceção dos respondentes da Região Centro-Oeste, todas as demais têm elevada percepção de prioridade para esses temas conforme Figura 13, que refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para agricultura orgânica e/ou agroecológica.

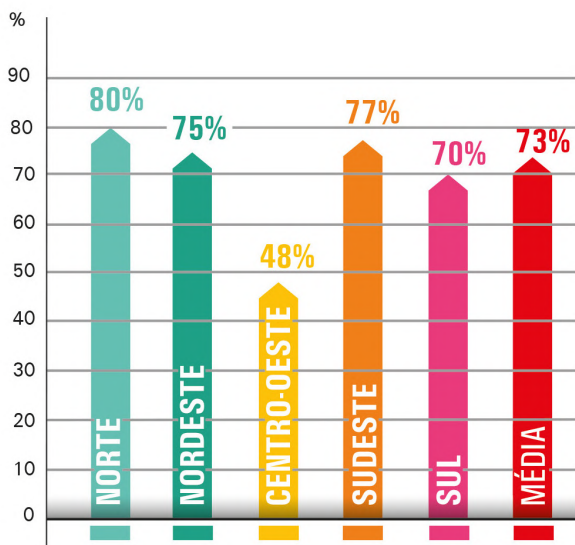


Figura 13. Nível de prioridade para agricultura orgânica e/ou agroecológica por região em % (n=253).

Norte: agricultura orgânica e agroecológica = 36, $p=0,00000$; Nordeste: agricultura orgânica e/ou agroecológica = 25, $p=0,00000$; Centro-Oeste: agricultura orgânica e/ou agroecológica = 0,16, $p=0,689156$; Sudeste: agricultura orgânica e/ou agroecológica = 29,16, $p=0,00000$; Sul: agricultura orgânica e/ou agroecológica = 16, $p=0,000063$.

Assistência técnica e extensão rural para pequenos produtores rurais têm elevada prioridade em todas as regiões. A Região Centro-Oeste, por exemplo, posicionada abaixo da média em algumas das temáticas, avalia o grau de prioridade para Ater como bastante elevado, com 72% dos respondentes tendo elencado os dois mais altos níveis de prioridade (Figura 14).

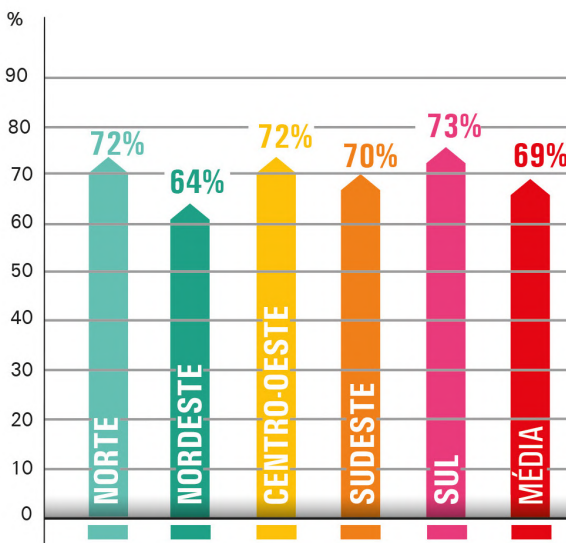


Figura 14. Nível de prioridade para Ater para pequenos produtores por região em % (n=253).

Norte: Ater para pequenos produtores = 19,36, $p=0,00001$; Nordeste: Ater para pequenos produtores = 7,84, $p=0,00511$;
 Centro-Oeste: Ater para pequenos produtores = 19,36, $p=0,00001$; Sudeste: Ater para pequenos produtores = 16, $p=0,000063$;
 Sul: Ater para pequenos produtores = 21,16, $p=0,000004$.

Para o tema “compras públicas de alimentos voltadas ao fortalecimento dos programas de alimentação escolar”, não há diferença significativa nas percepções entre os respondentes por região (Figura 15), que refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para compras públicas/alimentação escolar.

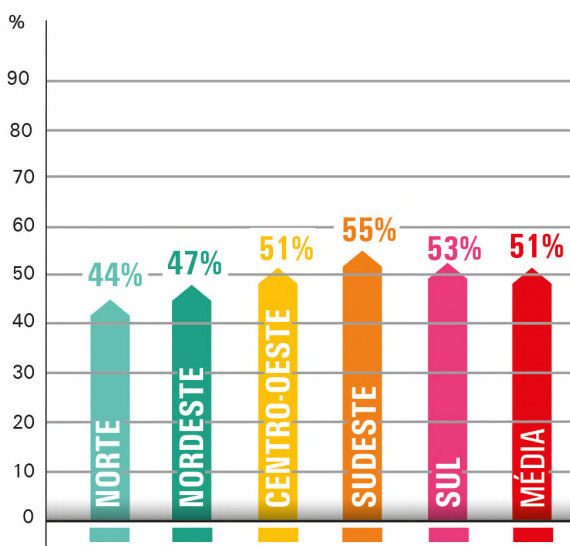


Figura 15. Nível de prioridade para compras públicas/alimentação escolar por região em % (n=253).

Norte: Compras públicas/alimentação escolar = 1,44, $p=0,2301$; Nordeste: Compras públicas/alimentação escolar = 0,36, $p=0,5485$; Centro-Oeste: Compras públicas/alimentação escolar = 0,04, $p=0,84148$; Sudeste: Compras públicas/alimentação escolar = 1,00, $p=0,31731$; Sul: Compras públicas/alimentação escolar = 0,36, $p=0,5485$.

Sobre “compras públicas voltadas ao fortalecimento da alimentação hospitalar”, os respondentes da Região Sul e da Região Sudeste tendem a perceber que maior prioridade ao tema deve ser dada na agenda de contribuições de um centro de pesquisa público (Figura 16). De modo geral, as temáticas alinhadas com compras públicas tendem a ser percebidas com mais alta prioridade quando analisadas as prioridades que devem ser dadas por governos locais.

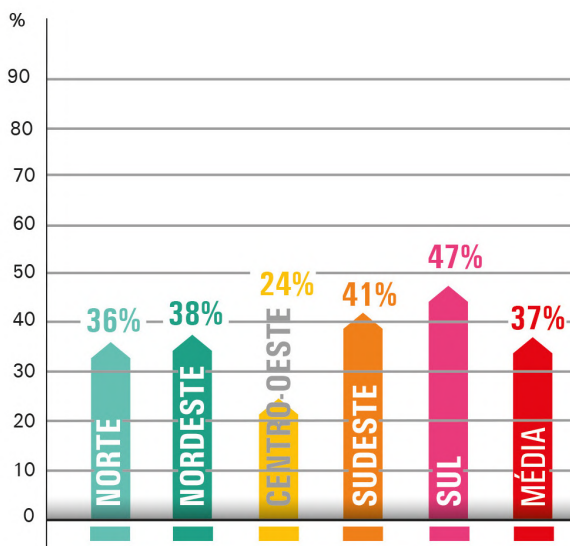


Figura 16 Nível de prioridade para compras públicas/alimentação hospitalar por região em % (n=253).

Norte: Compras públicas/alimentação hospitalar = 7,84, $p=0,00511$; Nordeste: Compras públicas/alimentação hospitalar = 5,76, $p=0,016395$; Centro-Oeste: Compras públicas/alimentação hospitalar = 27,04, $p=0,00000$; Sudeste: Compras públicas/alimentação hospitalar = 3,24, $p=0,07186$; Sul: Compras públicas/alimentação hospitalar = 0,36, $p=0,548506$.

O nível de prioridade para “compras públicas para programas sociais” tem percepção mais elevada. (Figura 17).

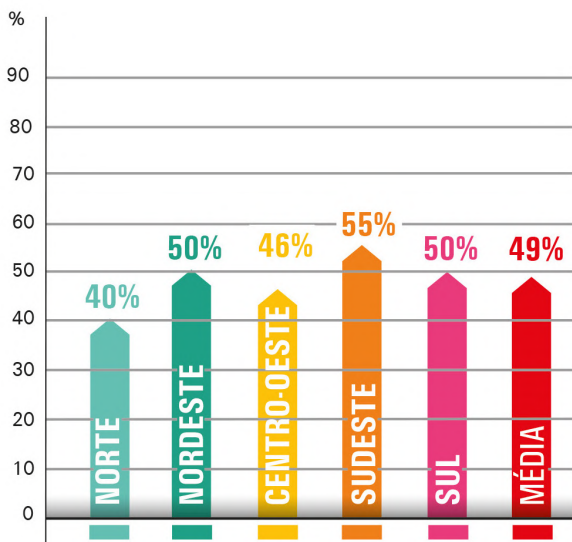


Figura 17. Nível de prioridade para compras públicas de alimentos / programas sociais em % (n=253).

Norte: Compras públicas de alimentos/programas sociais = 4,00, $p=0,0455$; Nordeste: Compras públicas de alimentos/programas sociais = 0, $p=1,0$; Centro-Oeste: Compras públicas de alimentos/programas sociais = 0,64, $p=0,42371$; Sudeste: Compras públicas de alimentos/programas sociais = 1,0, $p=0,31731$; Sul: Compras públicas/programas sociais = 0, $p=1,0$.

Os respondentes da Região Norte tendem a avaliar que os temas “bancos de alimentos” e “programas de doação” devem merecer mais atenção por parte de um centro de pesquisa público. Apenas a Região Centro-Oeste se posiciona abaixo da média das demais regiões para esse tema, conforme Figura 18, que refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para bancos de alimentos e programas de doação.

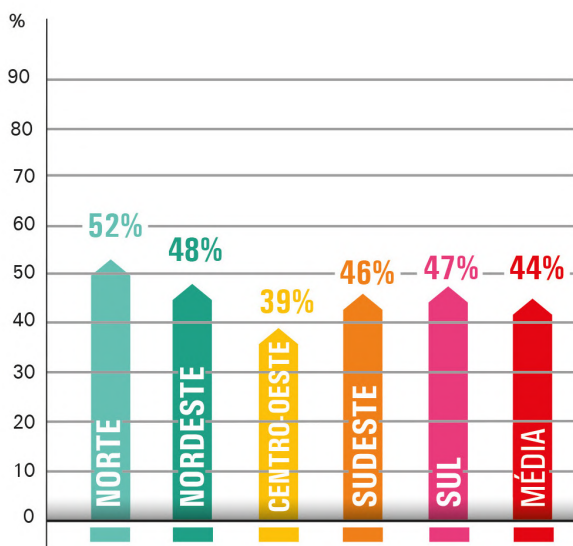


Figura 18. Nível de prioridade para bancos de alimentos e programas de doação por região em % (n=253).

Norte: Bancos de alimentos e programas de doação = 0,16, p=0,6892; Nordeste: Bancos de alimentos e programas de doação = 0,16, p=0,6892; Centro-Oeste: Bancos de alimentos e programas de doação = 4,84, p=0,027806; Sudeste: Bancos de alimentos e programas de doação = 0,64, p=0,42371; Sul: Bancos de alimentos e programas de doação = 0,36, p=0,548506.

Quando analisada a prioridade percebida que deve ser dada ao tema “bancos de sementes crioulas”, os respondentes da Região Norte tendem a avaliar a temática com maior grau de prioridade. Conforme Figura 19, que refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (soma-tório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para bancos de sementes crioulas, apenas respondentes do Centro-Oeste tiveram menos de 50% das respostas nos dois níveis de prioridade mais elevados (6 e 7 em escala de sete pontos).

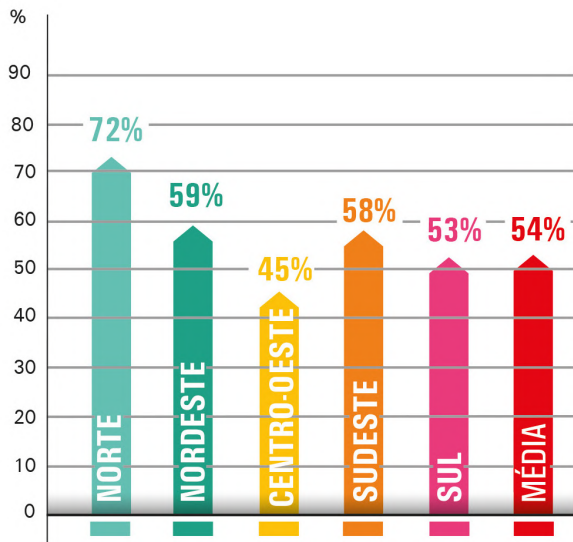


Figura 19. Nível de prioridade para bancos de sementes crioulas por região em % (n=253).

Norte: Bancos de sementes crioulas = 19,36, $p=0,00001$; Nordeste: Bancos de sementes crioulas = 3,24, $p=0,07186$; Centro-Oeste: Bancos de sementes crioulas = 1,00, $p=0,31731$; Sudeste: Bancos de sementes crioulas = 2,56, $p=0,109598$; Sul: Bancos de sementes crioulas = 0,36, $p=0,54850076$.

É interessante perceber também que, em todas as regiões, menos de 50% das respostas consideraram o tema “capacitação de merendeiras” como devendo ter prioridade alta ou máxima na agenda de contribuições de um centro de pesquisa público (Figura 20). Neste ponto, cabe ressaltar que os respondentes podem não ter a percepção para alinhar tal tema com as oportunidades de enfrentamento ao desperdício de alimentos, considerada a temática mais prioritária quando analisado o percentual de respostas nos dois mais altos níveis de prioridade (Figura 21).

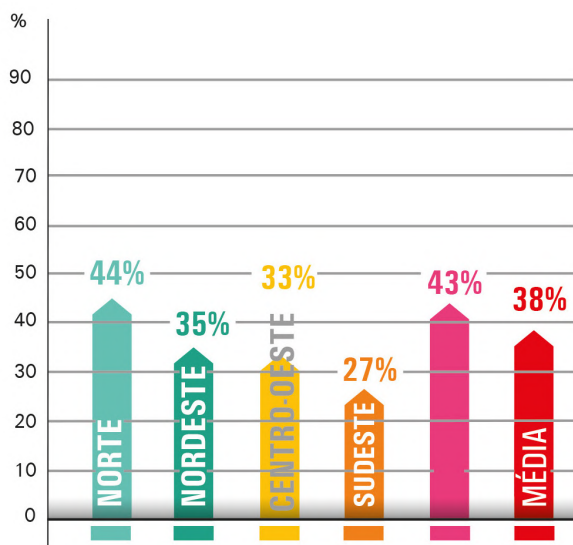


Figura 20. Nível de prioridade para capacitação de merendeiras por região em % (n=253).

Norte: Capacitação de merendeiras = 1,44, $p=0,230139$; Nordeste: Capacitação de merendeiras = 9,00, $p=0,002699$; Centro-Oeste: Capacitação de merendeiras = 11,56, $p=0,000673$; Sudeste: Capacitação de merendeiras = 6,76, $p=0,009322$; Sul: Capacitação de merendeiras = 1,96 $p=0,161513$

Quando categorizados os respondentes por região, percebe-se que, em todas elas, acima de 70% das respostas indicam que o tema “perdas e desperdício de alimentos” merece prioridade alta ou máxima na agenda de PD&I da Embrapa Alimentos e Territórios. A Figura 21 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para combate a perdas e desperdício de alimentos.

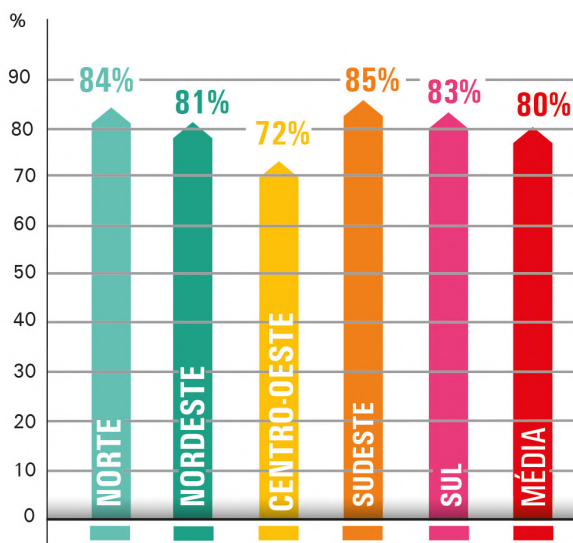


Figura 21. Nível de prioridade para combate a perdas e desperdício de alimentos por região em % (n=253).

Norte: Combate ao desperdício de alimentos = 46,24, $p=0,00000$; Nordeste: Combate ao desperdício de alimentos = 38,44, $p=0,00000$; Centro-Oeste: Combate ao desperdício de alimentos = 19,36, $p=0,00001$; Sudeste: Combate ao desperdício de alimentos = 49, $p=0,000000$; Sul: Combate ao desperdício de alimentos = 43,56, $p=0,000000$.

As Regiões Norte e Nordeste avaliam a temática “educação alimentar e nutricional” com maior nível de prioridade do que as demais. Em todas as regiões, acima de 50% das respostas indicam prioridade alta ou máxima para o tema. A Figura 22 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para educação alimentar e nutricional.

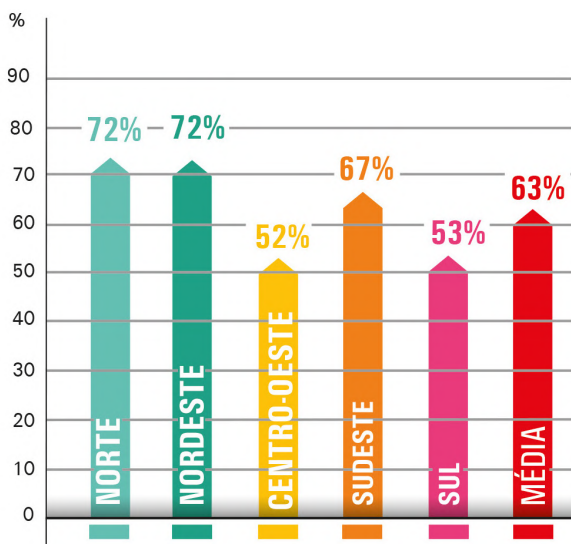


Figura 22. Nível de prioridade para educação alimentar e nutricional por região em % (n=253).

Norte: Educação alimentar e nutricional = 19,36, $p=0,00001$; Nordeste: Educação alimentar e nutricional = 19,36, $p=0,00001$; Centro-Oeste: Educação alimentar e nutricional = 0,16, $p=0,689156$; Sudeste: Educação alimentar e nutricional = 11,56, $p=0,000673$; Sul: Educação alimentar e nutricional = 0,36, $p=0,548506$.

Os temas “Campanhas de comunicação alinhadas com a necessidade de promover a alimentação saudável e o consumo consciente” obtiveram, em média, 62% das respostas nos dois mais altos níveis de prioridade. A Figura 23 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para campanhas de comunicação.

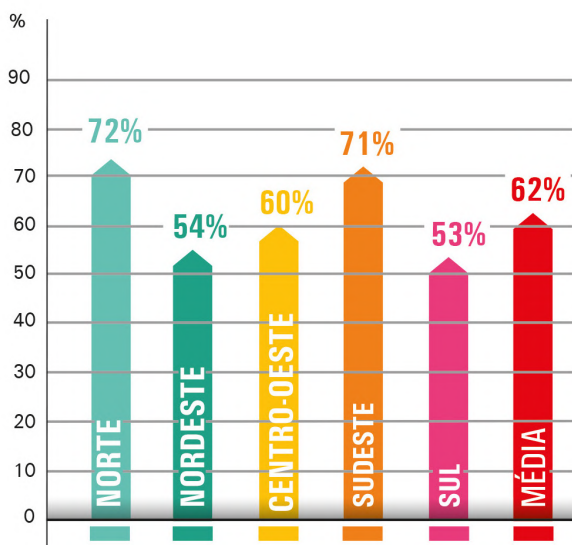


Figura 23. Nível de prioridade para campanhas de comunicação por região em % (n=253).

Norte: Campanhas de comunicação = 19,36, $p=0,00001$; Nordeste: Campanhas de comunicação = 0,64, $p=0,42371$; Centro-Oeste: Campanhas de comunicação = 4,0, $p=0,0455$; Sudeste: Campanhas de comunicação = 17,64, $p=0,000026$; Sul: Campanhas de comunicação = 0,36, $p=0,548506$.

As Regiões Norte e Nordeste tendem a posicionar o tema “cozinhas solidárias” com maior nível de prioridade. A Figura 24 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para cozinhas solidárias. Tal percepção faz sentido se levarmos em conta que os índices mais elevados de insegurança alimentar estão nessas regiões, conforme dados do IBGE (2020). Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 (IBGE, 2020), menos da metade dos domicílios do Norte (43%) e Nordeste (49,7%) tinham segurança alimentar.

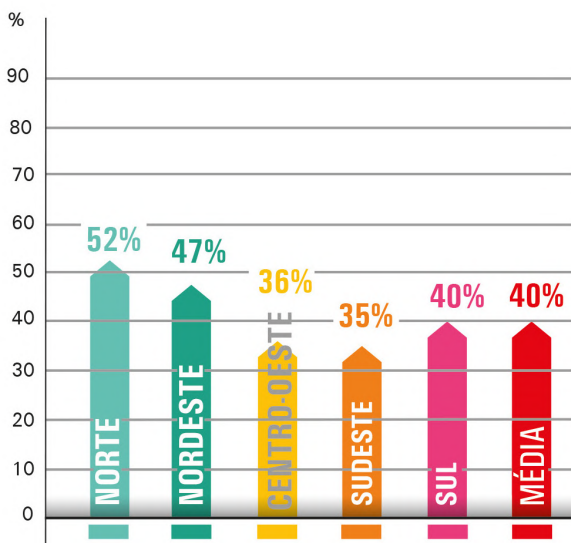


Figura 24. Nível de prioridade para cozinhas solidárias por região em % (n=253).

Norte: Cozinhas solidárias = 0,16, $p=0,689156$; Nordeste: Cozinhas solidárias = 0,36, $p=0,548506$; Centro-Oeste: Cozinhas solidárias = 7,84, $p=0,00511$; Sudeste: Cozinhas solidárias = 9,00, $p=0,002699$; Sul: Cozinhas solidárias = 4,00, $p=0,0455$.

Para a temática “crédito rural”, apenas a Região Norte está posicionada bem acima da média. A questão avaliou o nível de prioridade que deve ser dado a contribuições para o fortalecimento do crédito rural para pequenos e médios produtores rurais. A Figura 25 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para crédito rural.

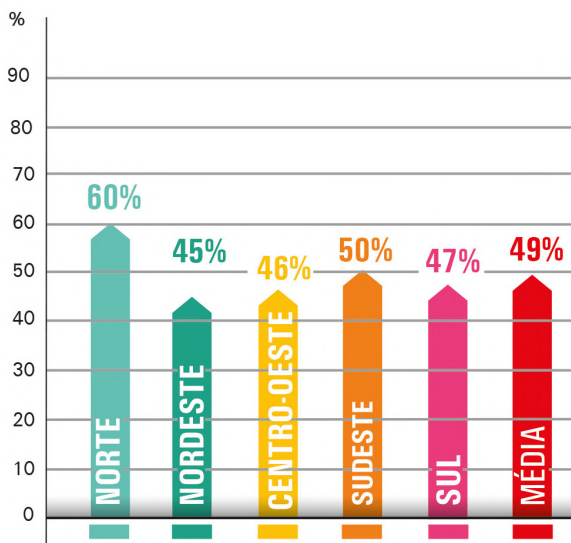


Figura 25. Nível de prioridade para crédito rural por região em % (n=253).

Norte: Crédito rural = 4,00, $p=0,0455$; Nordeste: Crédito rural = 1,00, $p=0,31731$; Centro-Oeste: Crédito rural = 0,64, $p=0,42371$; Sudeste: Crédito rural = 0, $p=1,0$; Sul: Crédito rural = 0,36, $p=0,548506$.

A Região Norte também avalia com tendência acima da média o nível de priorização para “desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais”. Dado que essa região tem maior diversidade desse segmento de público, esperava-se alta priorização para essa temática, que teve percepção de elevada prioridade em, ao menos, 50% das respostas em todas as regiões (Figura 26). A Figura 26 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

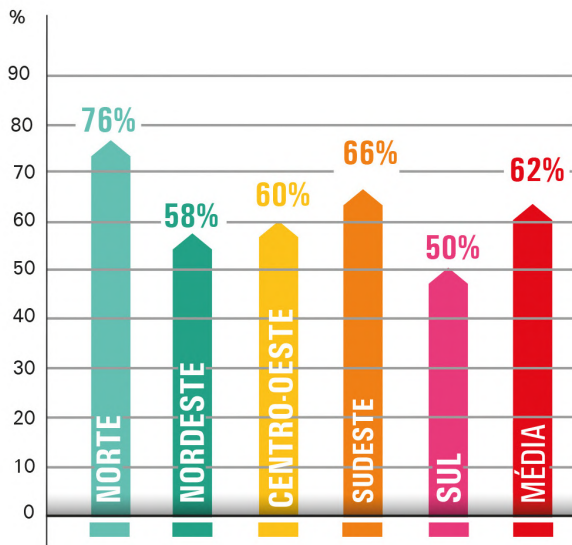


Figura 26. Nível de prioridade para desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais por região em % (n=253).

Norte: Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 27,04, p=0,00000; Nordeste: Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 2,56, p=0,109598; Centro-Oeste: Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 4,0, p=0,0455; Sudeste: Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 10,24, p=0,001374; Sul: Desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais = 0,0, p=1,0.

A Figura 27, sobre nível de prioridade para tema “hortas comunitárias”, apresenta os percentuais de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos). Os respondentes avaliaram o tema “hortas escolares” (Figura 28) com padrões de respostas semelhantes aos das hortas comunitárias. Em ambos os casos, os respondentes da Região Sudeste priorizam os temas acima da média das demais regiões.

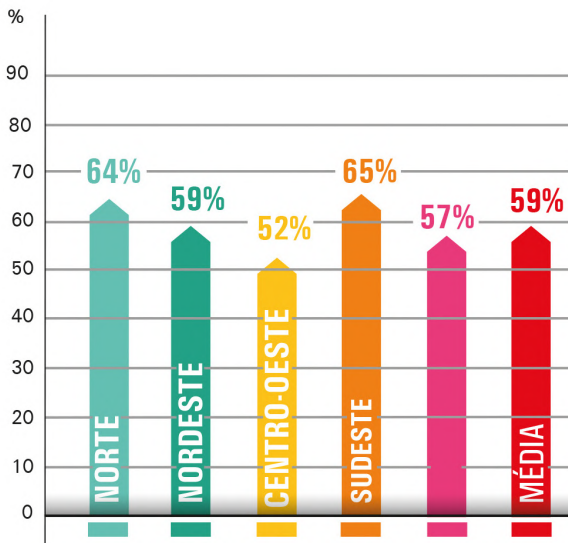


Figura 27. Nível de prioridade para hortas comunitárias por região em % (n=253).

Norte: Hortas comunitárias = 7,84, $p=0,00511$; Nordeste: Hortas comunitárias = 3,2, $p=0,07186$; Centro-Oeste: Hortas comunitárias = 0,16, $p=0,689156$; Sudeste: Hortas comunitárias = 9,00, $p=0,002699$; Sul: Hortas comunitárias = 1,96, $p=0,161513$.

A Figura 28 ilustra os percentuais de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) para a temática “hortas escolares”. A média aferida para nível de prioridade (58%) é quase igual à média atribuída pelos respondentes para “hortas comunitárias” (59%).

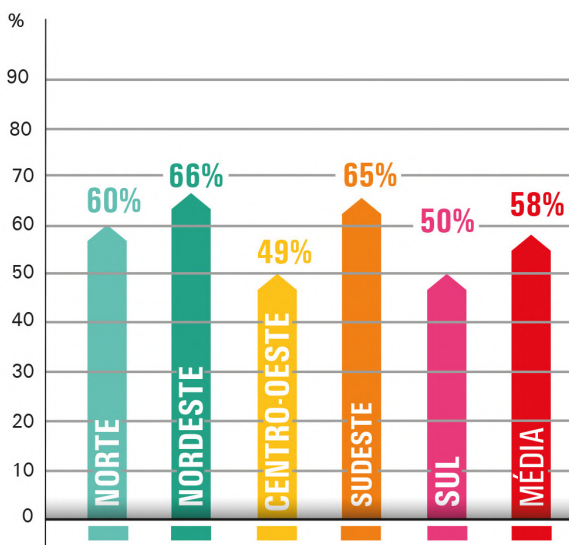


Figura 28. Nível de prioridade para hortas escolares por região em % (n=253).

Norte: Hortas escolares = 4,00, p=0,0455; Nordeste: Hortas escolares = 10,24, p=0,001374; Centro-Oeste: Hortas escolares = 0,04, p=0,84148; Sudeste: Hortas escolares = 9,00, p=0,002699; Sul: Hortas escolares = 0,0, p= 1,00.

Para o tema “alimentos tradicionais” (Figura 29) é interessante perceber que os respondentes das Regiões Norte e Nordeste têm percepção de prioridade bem acima dos respondentes do Sudeste e Sul.

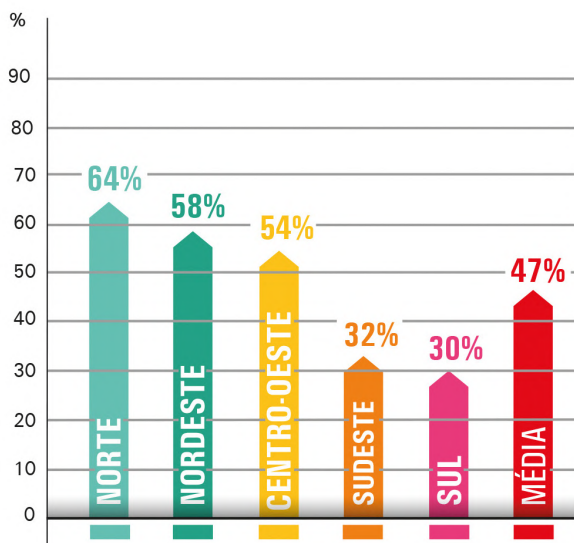


Figura 29. Nível de prioridade para alimentos tradicionais por região em % (n=253).

Norte: Alimentos tradicionais = 7,84, $p=0,00511$; Nordeste: Alimentos tradicionais = 2,56, $p=0,109598$; Centro-Oeste: Alimentos tradicionais = 0,64, $p=0,42371$; Sudeste: Alimentos tradicionais = 12,96, $p=0,000318$; Sul: Alimentos tradicionais = 16,00, $p=0,000063$.

Selos distintivos também são avaliados como prioridade maior para respondentes das Regiões Norte e Nordeste (Figura 30). Dado que a amostra do estudo não é representativa da população brasileira, não pode-se inferir com precisão sobre os porquês da diferença observada. No entanto, os dados indicam que as regiões Norte e Nordeste valorizam mais a importância de implementar estratégias de agregação de valor por meio de selos distintivos.

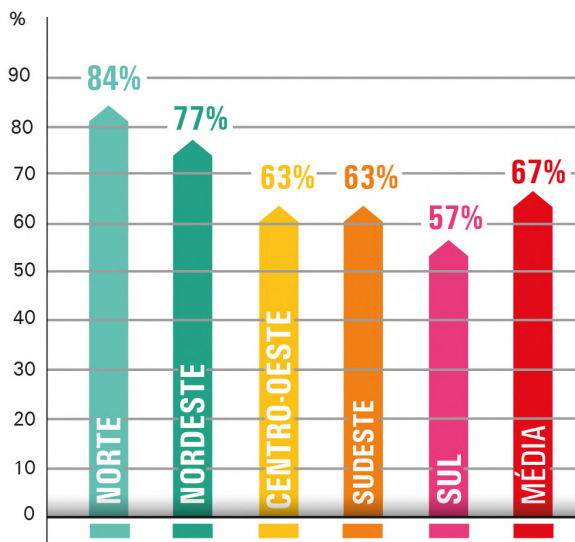


Figura 30. Nível de prioridade para selos distintivos por região em % (n=253).

Norte: Selos distintivos =46,24, $p=0,00000$; Nordeste: Selos distintivos = 29,16, $p=0,00000$; Centro-Oeste: Selos distintivos = 6,76, $p=0,009322$; Sudeste: Selos distintivos = 6,76, $p=0,009322$; Sul: Selos distintivos = 1,96, $p=0,161513$.

Já para o tema “restaurantes populares”, as Regiões Sul e Sudeste tendem a perceber o tema com maior nível de prioridade (Figura 31). Tal diferença pode estar relacionada ao elevado contingente de pessoas em situação de vulnerabilidade nos grandes centros urbanos.

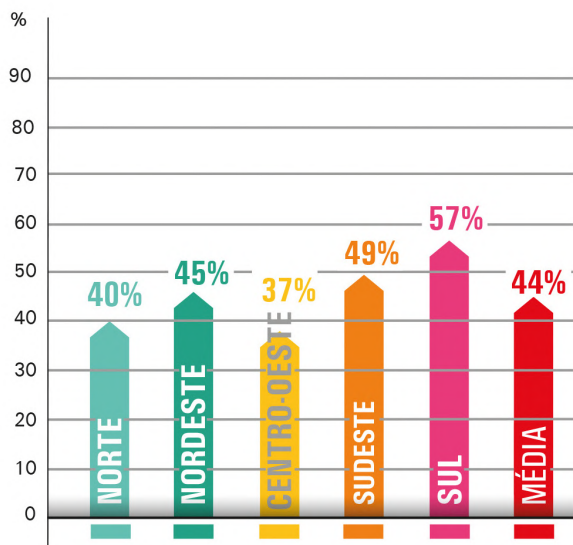


Figura 31. Nível de prioridade para restaurantes populares por região em % (n=253).

Norte: Restaurantes populares = 4,00, $p=0,0455$; Nordeste: Restaurantes populares = 1,00, $p=0,31731$; Centro-Oeste: Restaurantes populares = 6,76, $p=0,009322$; Sudeste: Restaurantes populares = 0,04, $p=0,84148$; Sul: Restaurantes populares = 1,96, $p=0,161513$.

Quando avaliada a percepção dos respondentes sobre qual grau de prioridade as cidades ou governos locais devem dar aos temas alinhados a políticas públicas de alimentação, dez temas estão posicionados acima da média, com mais de 66% das respostas concentradas nos graus de prioridade elevado ou máximo (respostas 6 e 7 em escala Likert de 7 pontos). “Compras públicas de alimentos para fortalecimento da alimentação escolar” e “programas sociais” estão entre os temas com maior grau de prioridade, posicionadas abaixo apenas de “enfrentamento às perdas e ao desperdício de alimentos”. A Figura 32 refere-se ao percentual de respondentes que indicaram prioridade alta ou máxima (somatório de respostas 6 e 7 em escala de sete pontos) dos temas para as cidades..



Figura 32. Grau de prioridade dos temas para as cidades em % (n=253).

Para 79% dos respondentes, deve ser dada prioridade elevada ou máxima a “ações de fortalecimento de hortas comunitárias por parte das ONGs” (Figura 33). O “enfrentamento ao desperdício de alimentos” também aparece como tema relevante para atuação das ONGs, seguido por “educação alimentar e nutricional” e “cozinhas solidárias”.



Figura 33. Grau de prioridade dos temas para ONGs em % (n=253).

O percentual de respondentes que dizem não saber avaliar a eficácia de seis das políticas ou programas citados é acima de 30%. Apenas o Pnae, o PAA e o Pronaf têm eficácia considerada alta ou máxima por 30% ou mais dos respondentes. De modo geral, todas as políticas e programas têm percepção de baixa eficácia por parcela significativa dos respondentes. A Figura 34 refere-se ao percentual de respondentes que atribuem eficácia alta ou máxima aos programas e políticas listadas e percentual dos que não sabem responder. A Figura 35 refere-se ao percentual de respondentes que atribuem necessidade de fortalecimento alta ou máxima aos programas e políticas listadas e percentual dos que não sabem responder.

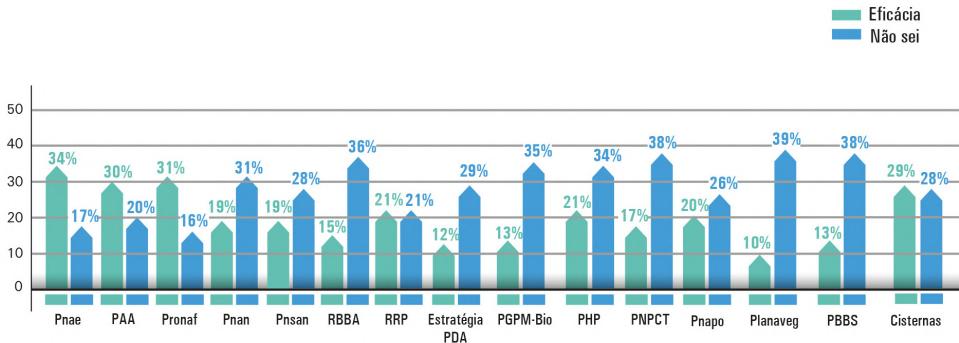


Figura 34. Avaliação dos respondentes quanto à eficácia das políticas em % (n=253).

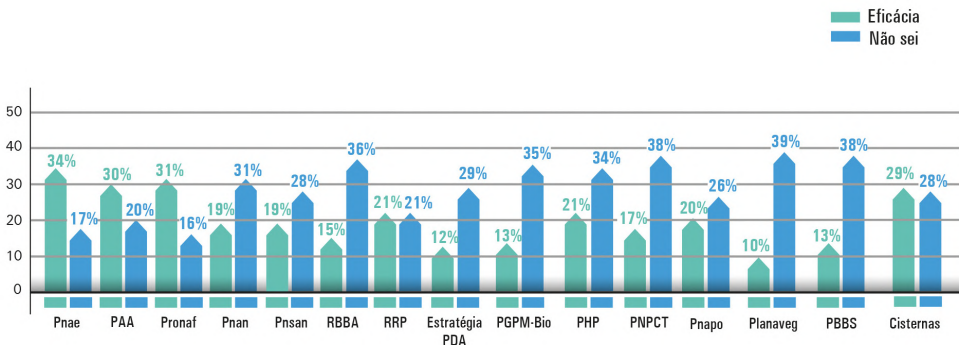


Figura 35. Necessidade de fortalecimento das políticas em % (n=253).

Parcela considerável dos respondentes admite não saber avaliar o grau de transparência das políticas e programas de governo alinhadas com alimentação (Figura 36). Nenhuma política ou programa atinge 20% de respostas com grau de transparência percebido como alto ou máximo.

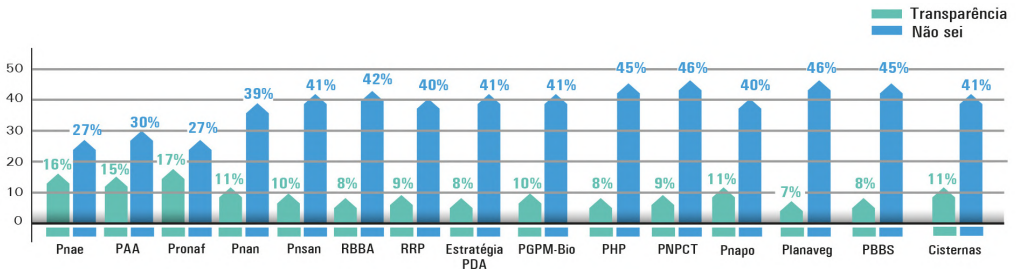


Figura 36. Grau de transparência percebida em % (n=253).

De modo geral, todos os programas e políticas públicas citadas na fase qualitativa da pesquisa tiveram elevada percepção de importância para os próximos cinco anos, sendo que cinco delas têm percentual de respostas nos níveis alto e máximo, a partir de 79%. O Pnae se sobressai como o com mais alta percepção de importância para o período, seguido pelo Pronaf, PAA, Pnsan e Estratégia PDA. A Figura 37 refere-se ao percentual de respondentes que atribuem importância percebida alta ou máxima aos programas e políticas listadas e percentual dos que não sabem responder.

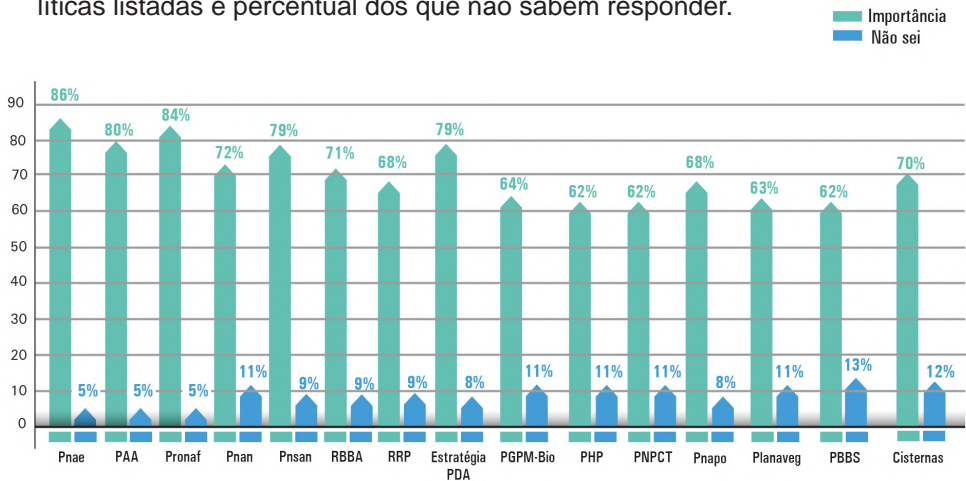


Figura 37. Importância percebida para os próximos 5 anos em % (n=253).

Sobre os desafios citados na fase qualitativa e avaliados na pesquisa quantitativa com 253 respondentes, quatro deles posicionam-se com um percentual de respostas a partir de 80% nos níveis alto e máximo: capacitação em acesso a mercado para produtores rurais (84%); fortalecimento da Ater para pequenos produtores (82%); planejamento das políticas com participação do setor produtivo (80%); e fortalecimento de planejamento e ações intersetoriais para SAN (80%). A Figura 38 refere-se ao percentual de respondentes que atribuem nível de urgência percebido alto ou máximo aos programas e políticas listadas e percentual dos que não sabem responder.

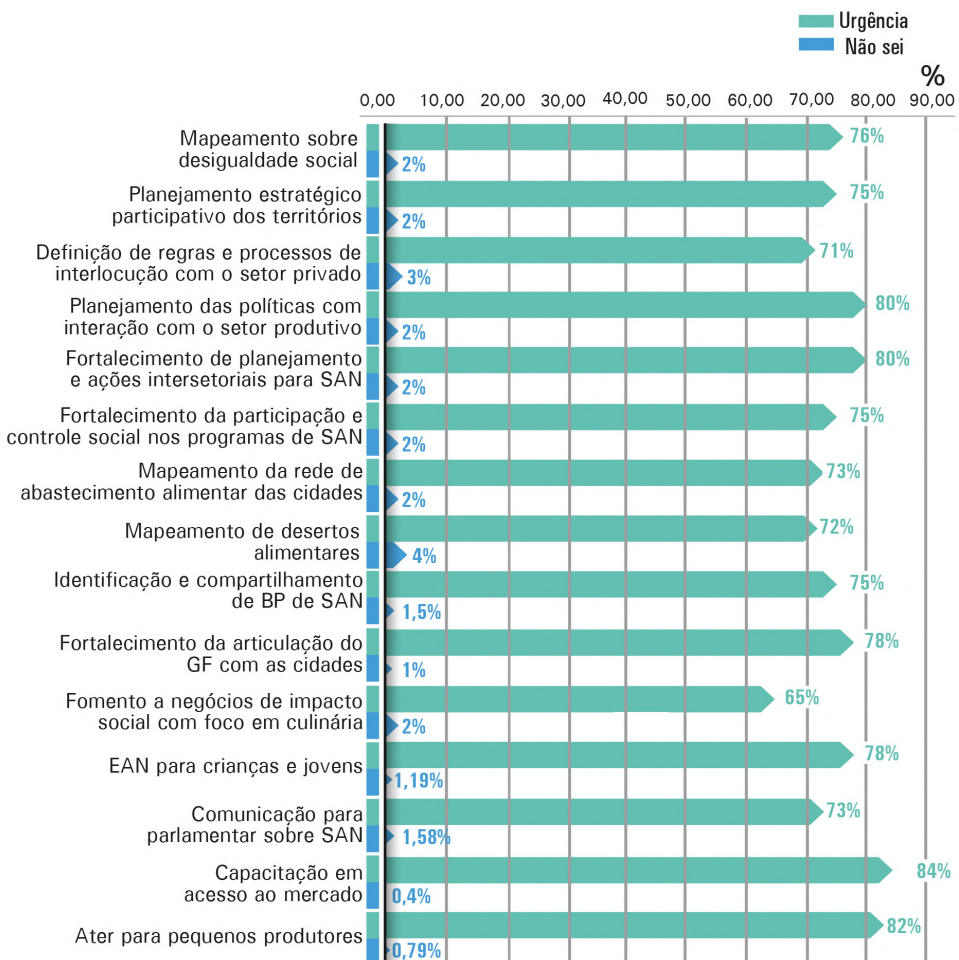


Figura 38. Nível de urgência percebido para lidar com os seguintes desafios em % (n=253).

Conforme a Figura 39, sete temas aparecem entre os três mais prioritários para cada segmento. Os participantes da pesquisa consideraram o “enfrentamento a perdas e desperdício de alimentos”; “contribuições para o fortalecimento da Ater para pequenos produtores rurais”; e “ações para o incremento da agricultura orgânica e/ou agroecológica” como as três agendas a serem priorizadas por um centro de pesquisa público com enfoque em alimentos e territórios, quando analisadas as oportunidades de contribuições a políticas públicas de alimentos e alimentação.

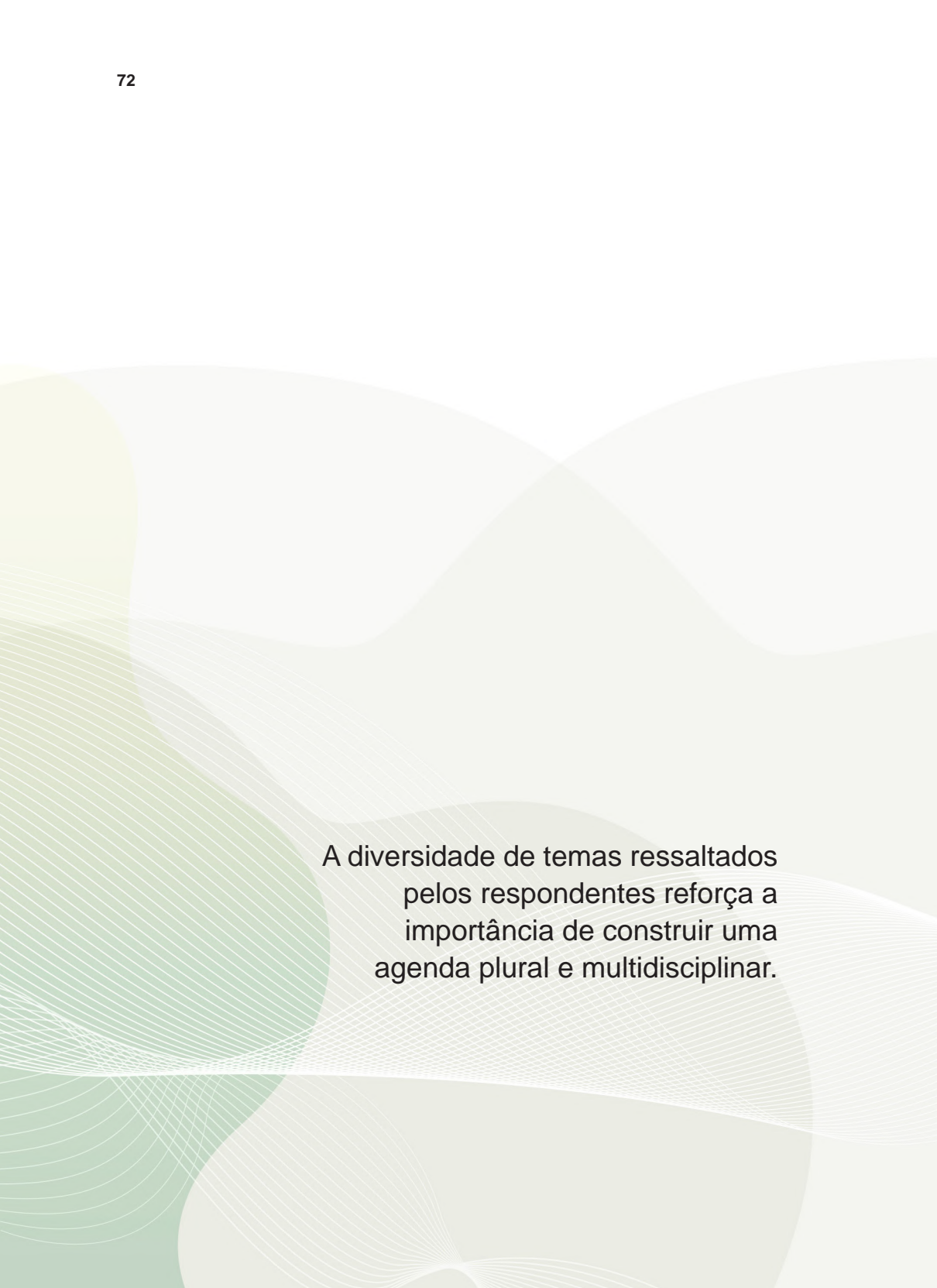
Para os respondentes, o papel dos governos locais ou cidades pode estar mais centrado no “combate ao desperdício de alimentos” e no “incremento das compras públicas de alimentos para fortalecer tanto os programas de alimentação escolar” quanto “programas sociais voltados ao enfrentamento da insegurança alimentar”. Por fim, a percepção dos respondentes para o papel das contribuições das ONGs a políticas públicas de alimentação está mais fortemente ligada aos temas de “hortas comunitárias”; “enfrentamento às perdas e ao desperdício de alimentos”; e “educação alimentar e nutricional”.

	CENTRO DE PESQUISA	CIDADES	ONGs
Ater	73%	74%	58%
DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS	80%	83%	78%
COMPRAS PÚBLICAS / ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	51%	80%	36%
COMPRAS PÚBLICAS / PROGRAMAS SOCIAIS	49%	75%	45%
HORTAS COMUNITÁRIAS	59%	72%	79%
EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL	63%	74%	75%
AGRICULTURA ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA	69%	65%	74%

Figura 39. Grau de importância percebido para cada tema por segmento.

Todos os temas e desafios avaliados com alto nível de prioridade na pesquisa com 253 respondentes emergiram da análise de dados qualitativos das entrevistas com especialistas. A baixa variância entre os níveis de prioridade para algumas temáticas, conforme observado na pesquisa quantitativa, indica que existem múltiplos desafios na agenda de fortalecimento de políticas públicas de alimentos e alimentação. Mesmo assim, pode-se considerar que a temática de enfrentamento a perdas e ao desperdício de alimentos se sobressai como a que possui maior percepção de prioridade, sendo a única a aparecer entre os três temas mais prioritários para os três segmentos avaliados: agenda de PD&I de centro de pesquisa público; atuação de governos locais / cidades; e atuação das ONGs.

A multiplicidade de desafios e oportunidades apontadas também é um indicativo da necessidade dos diferentes níveis de Governo e instituições alinhadas ao tema, tanto públicas quanto privadas, buscarem soluções conjuntas. O desafio passa por organizar melhor a governança da agenda de SAN, com estabelecimento de competências, mais interações interministeriais e priorização de ações.



A diversidade de temas ressaltados pelos respondentes reforça a importância de construir uma agenda plural e multidisciplinar.



Oportunidades para agenda de trabalho em políticas públicas de alimentação

O Pnae e o PAA, atualmente chamado de Programa Alimenta Brasil (Brasil, 2021), citados nas duas fases da pesquisa como de elevada prioridade, devem estar inseridos na agenda de trabalho em políticas públicas, alinhados à temática de fortalecimento da segurança alimentar e nutricional. Do mesmo modo, contribuir para a atualização e implementação da estratégia nacional para redução das perdas e do desperdício de alimentos pode fazer parte da agenda, dado o elevado interesse social em ver soluções sustentáveis postas em prática para ampliar a disponibilidade de alimentos à população.

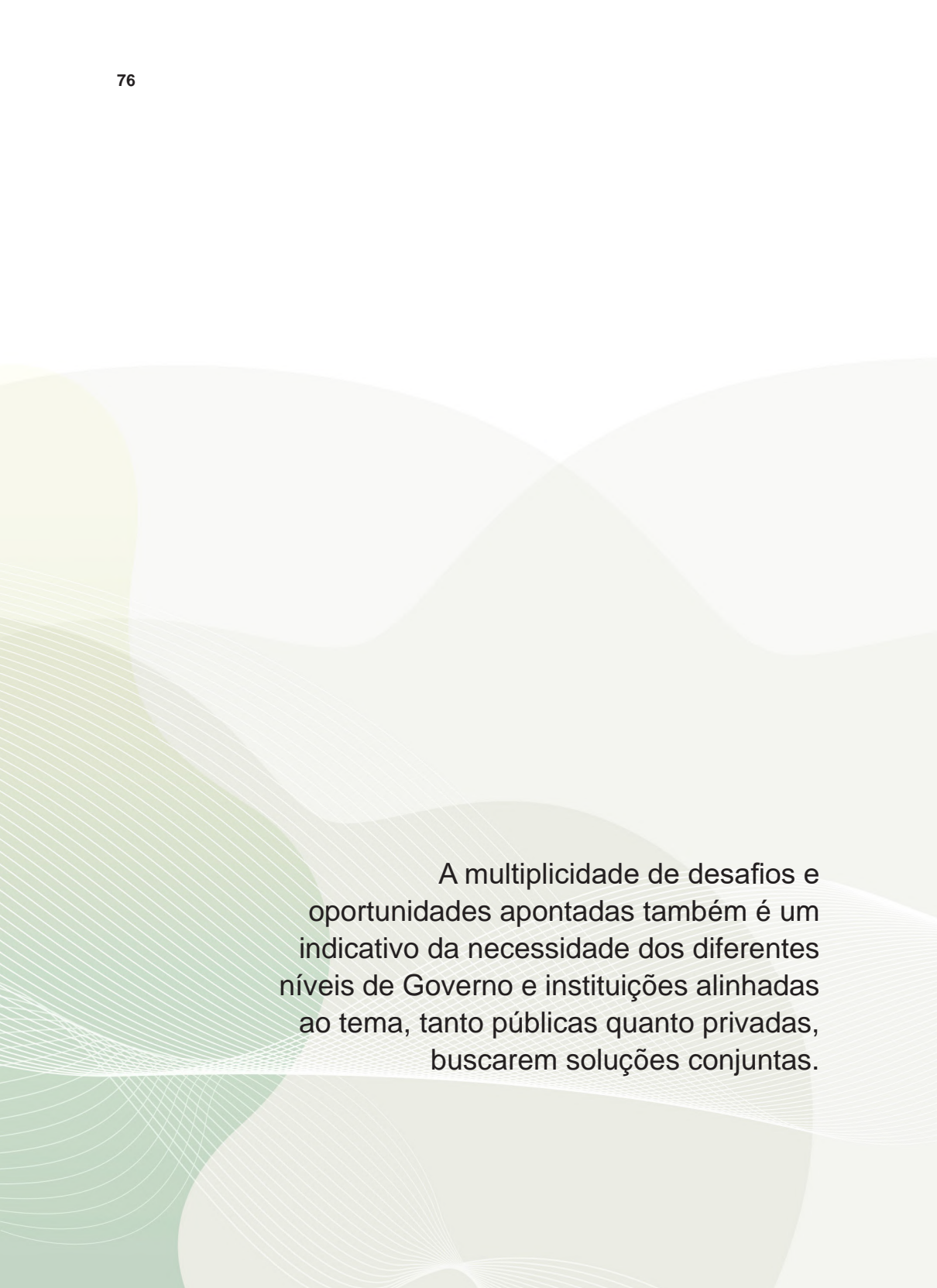
Os macrotemas que emergiram dos dados qualitativos analisados na primeira fase da pesquisa dão margem para a elaboração de um plano de trabalho com a organização das atividades, com enfoque territorial, alinhadas às três grandes dimensões: 1. Segurança alimentar e nutricional; 2. Inovação social; e 3. Sistemas alimentares circulares. Os eixos transversais de “Educação e capacitação”, “Governança”, “Comunicação” e “Legislação” dialogam com os três macrotemas. Tais macrotemas podem incentivar ações em rede, que não precisam estar restritas a um único centro de pesquisa da Embrapa, e, idealmente, podem envolver organizações representativas da sociedade civil e associações do setor privado. Para a Embrapa Alimentos e Territórios, além de se basear nos macrotemas definidos pela pesquisa, é importante que o referido plano de trabalho, construído de forma participativa, contemple as especificidades dos temas prioritários, bem como as oportunidades elencadas nos diferentes níveis pelos respondentes, dialogando com os compromissos

assumidos no Planejamento Estratégico da Unidade (PEU) e apontando para novos compromissos em relação às políticas públicas de alimentação e nutrição.

As coalizões globais aprovadas na recente Cúpula dos Sistemas Alimentares, realizada pelas Nações Unidas no segundo semestre de 2021, são um exemplo de que esforços intersetoriais e cooperações entre diferentes níveis de governo ampliam a capacidade de enfrentar grandes desafios, mas a implementação requer vontade política e delineamento da governança.

Para lidar com o desafio de incrementar a capacitação em acesso a mercado para pequenos produtores rurais, avaliado por 84% dos respondentes como tema de elevada ou máxima urgência, há oportunidades de implementar ações com parceiros já consolidados, como o Sebrae, e envolver ainda outras instituições que possam contribuir para ampliar a capilaridade da iniciativa, tais como o Instituto Conexsus e cooperativas de produtores rurais. A amplitude dos desafios e prioridades elencadas torna imperativo fortalecer a atuação em rede com outros centros de pesquisa da Embrapa e dar continuidade à atuação com parceiros locais, nacionais e internacionais.

O “fortalecimento da Ater para pequenos produtores”, segundo desafio mais citado como de maior urgência (82%), está alinhado ao primeiro e também demanda parcerias e articulações com atores governamentais. As percepções dos respondentes também apontam para a necessidade de “fortalecer ações intersetoriais na agenda de segurança alimentar e nutricional”.



A multiplicidade de desafios e oportunidades apontadas também é um indicativo da necessidade dos diferentes níveis de Governo e instituições alinhadas ao tema, tanto públicas quanto privadas, buscarem soluções conjuntas.



Referências

BRASIL. Ministério da Economia. **Avaliação Executiva do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. Brasília, DF, 10 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/politicas/2020/gastos-diretos/nota-imprensa-pnae>. Acesso em: 30 set. 2021.

FILIPPINI, R.; MAZZOCCHI, C.; CORSI, S. The contribution of urban foodpolicies toward food security in developing and developed countries: a network analysis approach. **Sustainable Cities and Society**, n. 47, May 2019. DOI: 10.1016/j.scs.2019.101506.

FIOCRUZ. “**Não ter o que comer é a pior das violações**”, diz a nutricionista da UnB, **Elisabetta Recine**. Rio de Janeiro: Informe ENSP, 2021. Disponível em: <http://informe.ensp.fiocruz.br/secoes/noticia/427/51609>. Acesso em : 19 jun. 2021.

GLOBAL PANE. Melhoria da nutrição através do aprimoramento dos ambientes alimentares. **Resumo de Políticas**, n. 7, maio 2017.

IBGE. **Indicadores IBGE**: Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor IPCA e INPC. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/236/inpc_ipca_2015_dez.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

IBGE. **Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018**: segurança alimentar. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/09/fome-no-brasil-ibge.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

ICLEI. **Belo Horizonte promove seminário para fortalecer caminhos em prol de uma cidade sustentável e sem fome**. 4 nov. 2021. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/belo-horizonte-promove-seminario-para-fortalecer-caminhos-em-prol-de-uma-cidade-sustentavel-e-sem-fome/>. Acesso em: 19 jun. 2021.

JAIME, P. C. **Histórico das políticas públicas de alimentação e nutrição no Brasil**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

JAIME, P. C. Pandemia de COVID19: implicações para (in)segurança alimentar e nutricional. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 7, jul. 2020. DOI: 10.1590/1413-81232020257.12852020.

MORAGUES-FAUS, A. The emergence of city food networks: Rescaling the impact of urban food policies. **Food Policy**, v. 103, Aug. 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2021.102107.

MORGAN, K. Foodscapes and landscapes: the gastro-geographies of wales. In: MILBOURNE, P. **Rural wales in the twenty-first century**. Cardiff: University of Wales Press, 2012.

MORLEY, A.; MORGAN, K. Municipal foodscapes: Urban food policy and the new municipalism. **Food Policy**, v. 103, Aug. 2021. DOI: 10.1016/j.foodpol.2021.102069.

RAUBER, F.; JAIME, P. C. Promoção da alimentação adequada e saudável. In: JAIME, P. C. **Políticas públicas de alimentação e nutrição**. Rio de Janeiro: Atheneu, 2019.

RECINE, E.; PACHECO, M. E.; SANTARELLI, M.; SCHOTTZ, V., BURITY, V. A urgência do combate à fome. São Paulo: **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 maio 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/a-urgencia-do-combate-a-fome.shtml?origin=folha>. Acesso em: 20 set. 2021.

SIBBING, L. V.; CANDEL, J. J. L. Realizing urban food policy: a discursive institutionalist analysis of Ede municipality. **Food Security**, v. 13, p. 57-582, 2021. DOI: 10.1007/s12571-020-01126-8

FOOD SYSTEM SUMMIT OF THE UNITED NATIONS. **Policy Brief: Governance of Food Systems Transformation**. New York, 2021. Disponível em: <https://foodsystems.community/food-systems-summit-compendium/>. Acesso em: 20 out. 2021.

VASCONCELOS, F. A. G.; MACHADO, M. L.; MEDEIROS, M. A. T.; NEVES, J. A.; RECINE, E.; PASQUIM, E. M. Public policies of food and nutrition in

Brazil: From Lula to Temer. **Revista Nutrição**, v. 32, e180161, 2019. DOI: 10.1590/1678-9865201932e18016.

Literatura recomendada

BRASIL. **Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021**. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Lei/L14284.htm. Acesso em: 6 fev. 2022.

CERDEIRA, P.; MENDONÇA, M. M.; LAGOWSKA, U. G. **Políticas públicas orientadas por dados**: os caminhos possíveis para governos locais. São Paulo: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2020. (Documento de Discussão. IDB-DP-00704).

FAO. **Making a Difference in Food Security and Nutrition, Report of the Forty-ninth Session of the Committee on World Food Security**.

FERREIRA, H. G.; ALVES, R. G.; MELLO, S. C. R. O Programa Nacional de Alimentação Escolar: alimentação e aprendizagem. **Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro**, v. 22, n. 44, p. 90-113, 2019.

KROTH, D. C.; GEREMIA, D. S.; MUSSIO, B. R. Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma política pública saudável. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 25, n. 10, 2020. DOI: 10.1590/1413-812320202510.31762018.

MACHADO, C. B.; MENASCHE, R. “Pobre não tem hábito alimentar, pobre tem fome”: reflexões sobre consumo e políticas públicas. In: COLLAÇO, H. L.; BARBOSA, F. A. C.; ROIM, T. P. B. (org.). **Cidades e consumo alimentar**. Goiânia: Ed. UFG, 2018. v. 2, p. 144.

OECD; FAO; UNCDF. **Adopting a Territorial Approach to Food Security and Nutrition Policy**. Paris: OECD Publishing, 2016. DOI: 10.1787/9789264257108-en.

OLIVEIRA, A. R. Comida e aspectos simbólicos na perspectiva de políticas públicas para o cumprimento do Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 27, p. 1-10, 2020. DOI: 10.20396/san.v27i0.8658090.

Apêndices



Apêndice A: Roteiro da entrevista

Perguntas elaboradas para o roteiro, que contemplou também outras perguntas a partir das respostas dadas pelos entrevistados. Iniciou-se com perguntas abertas, sem citar temas específicos, e optou-se em deixar o(a) entrevistado(a) elencar as políticas públicas que considerava mais relevantes.

A) Considerando políticas públicas focadas em alimentos e alimentação, quais você julga mais merecedoras de atenção por parte de um centro de pesquisa?

B) Quais são os principais problemas e potencialidades dessas políticas públicas citadas?

C) Entre as políticas públicas vigentes, ligadas diretamente ou indiretamente à sua instituição e vinculadas à temática de alimentos, quais você considera que terão crescente importância nos próximos anos? Por quê?

D) Dessas políticas, você saberia dizer quais já adotam ou podem adotar o enfoque territorial na sua execução? (Enfoque territorial = ter o território como público alvo ou beneficiário direto e não setores ou grupos específicos)

E) Você acha possível estabelecer vínculos entre políticas públicas na temática de alimentos com outras PP? Caso positivo, quais seriam elas e como poderia se estabelecer esses vínculos?

F) De qual forma a equipe da Embrapa Alimentos e Territórios pode contribuir com o fortalecimento dessas políticas públicas?

G) Como a Embrapa pode contribuir com a proposição de políticas públicas alinhadas com a temática “cidades e alimentação”? Essa temática trata da relação entre os espaços urbanos e todos os aspectos ligados à alimentação, incluindo produção, comercialização e hábitos de consumo.

H) Se tivesse que escolher alguma prioridade de atuação, em termos de fomento a políticas públicas, qual seria?

I) Considera que a participação do setor produtivo é relevante na proposição e implementação de políticas públicas? Na sua opinião, o que pode ser feito para fomentar a interação entre os setores público e privado nesta linha?

J) Políticas públicas estão presentes em diferentes níveis de governo. Quais são os principais desafios para integrar mais o Governo Federal com estados e municípios em políticas públicas alinhadas com a temática de alimentação?

Apêndice B: Questionário da pesquisa quantitativa

Políticas Públicas de Alimentos e Alimentação

O objetivo do questionário é identificar demandas e temas estratégicos em diferentes esferas da sociedade quanto às políticas públicas relacionadas ao tema de alimentos e alimentação com vistas a direcionar a atuação efetiva da Embrapa Alimentos e Territórios (Maceió-AL).

A participação é sigilosa e os dados serão tratados de forma segura.

O questionário demanda entre 5 e 10 minutos para ser respondido.

Olá,

Contamos com sua contribuição para responder o questionário a seguir sobre políticas públicas e programas de governo alinhados às temáticas de alimentos e alimentação. A pesquisa é uma iniciativa da Embrapa Alimentos e Territórios (Maceió-AL) e ajudará no planejamento das nossas atividades. Agradecemos sua atenção!

Mais informações: cnat.nci@embrapa.br

Existem 11 questões neste questionário.

Identificação do respondente

Grupo destinado a coletar informações quanto ao setor de atuação do respondente e sua faixa etária.

1 Qual sua área de atuação? *

Escolha a(s) que mais se adequem

Por favor, escolha as opções que se aplicam:

- Poder executivo municipal
- Poder executivo estadual
- Poder executivo federal
- Judiciário (municipal, estadual ou federal)
- ONGs de abrangência local ou regional
- ONGs de abrangência nacional
- Produtor(a) rural independente
- Produtor(a) rural orgânico e/ou agroecológico
- Cooperativa de produtores rurais
- Microempresas
- Pequenas e médias empresas
- Empresas privadas de grande porte
- Academia
- EstudanteOutros:

2 Qual sua faixa etária? *

Escolha uma das seguintes respostas:

Favor escolher apenas uma das opções a seguir:

- 21 a 29 anos
- 30 a 39 anos
- 40 a 49 anos
- 50 a 59 anos
- 60 a 69 anos
- 70 anos ou mais

Escala de 1 a 7, sendo 1 prioridade mínima e 7 prioridade máxima.	1	2	3	4	5	6	7	Não sei
Planejamento das políticas com interação com o setor produtivo								
Definição de regras e processos de interlocução com o setor privado de maneira a prevenir conflitos de interesse								
Planejamento estratégico participativo dos territórios								



Alimentos e Territórios

“Acreditamos na (agri)cultura
que valoriza os alimentos e
suas relações com os territórios,
a biodiversidade e as pessoas”.

**Conheça +
sobre a gente!**

Acesse nosso site:

www.embrapa.br/alimentos-e-territorios

MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

CGPE 017850